

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	23
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	24
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	33
4.5 - Processos sigilosos relevantes	34
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	35
4.7 - Outras contingências relevantes	36
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	37

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	38
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	43
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	45
5.4 - Outras informações relevantes	46
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	47
6.3 - Breve histórico	48
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	50
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	52
6.7 - Outras informações relevantes	53
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	54
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	56
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	58
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	62
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	63
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	66
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	67
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	68
7.9 - Outras informações relevantes	69
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	70
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	72
8.3 - Operações de reestruturação	73
8.4 - Outras informações relevantes	74
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	75
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	76

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	77
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	78
9.2 - Outras informações relevantes	81
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	82
10.2 - Resultado operacional e financeiro	94
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	96
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	97
10.5 - Políticas contábeis críticas	99
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	110
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	111
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	112
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	113
10.10 - Plano de negócios	114
10.11 - Outros fatores com influência relevante	117
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	118
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	119
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	120
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	127
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	129
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	130
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	131
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	132
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	136
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	137

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	138
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	141
12.12 - Outras informações relevantes	142

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	143
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	148
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	152
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	153
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	155
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	156
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	157
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	158
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	159
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	160
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	161
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	162
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	163
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	164
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	165
13.16 - Outras informações relevantes	166

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	167
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	169
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	170

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	183
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	184
15.3 - Distribuição de capital	191
15.4 - Organograma dos acionistas	192
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	193
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	194
15.7 - Outras informações relevantes	195
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	196
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	197
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	216
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	217
17.2 - Aumentos do capital social	218
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	219
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	220
17.5 - Outras informações relevantes	221
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	222
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	224
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	225
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	226
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	227
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	228

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	229
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	230
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	231
18.10 - Outras informações relevantes	232
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	233
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	234
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	235
19.4 - Outras informações relevantes	236
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	237
20.2 - Outras informações relevantes	239
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	240
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	241
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	244
21.4 - Outras informações relevantes	245
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	246
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	247
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	248
22.4 - Outras informações relevantes	249

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo Ricardo de Oliveira

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	319-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	62.650.403/0001-33
Período de prestação de serviço	01/05/2006 a 31/12/2010
Descrição do serviço contratado	A BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 151 mil para prestação de serviços de auditoria
Justificativa da substituição	A Empresa BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES DEPENDENTES S/S, foi substituída tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999, onde o Conselho de Administração em reunião realizada no dia 02 de março de 2011 determinou a substituição da mesma.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
GERALDO CARLOS SILVESTRE	01/05/2006 a 30/09/2010	022.913.488-25	Av. das Nações Unidas, 11633, 11º andar, Brooklin, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04578-901, Telefone (011) 55098100, Fax (011) 55098103, e-mail: gsilvestre@boucinhasconti.com.br
TOSHIO NISHIOKA	01/10/2010 a 31/12/2010	480.427.228-34	Av. das Nações Unidas, 11633, 11º Andar, Brooklin, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04578-901, Telefone (11) 55098100, Fax (11) 55098103, e-mail: gsilvestre@boucinhasconti.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1132-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	GF AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	10.448.113/0001-08
Período de prestação de serviço	01/01/2011
Descrição do serviço contratado	A GF AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 179 mil para prestação de serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Antonio Gouvêa de Azevedo	01/01/2011	197.538.368-05	Av. Paulista, 568, 7º andar, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-000, Telefone (011) 32514013, Fax (011) 32514013, e-mail: angelo@gorioux.com.br

CAMBUCI SA

COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

C.N.P.J. Nº 61.088.894/0001-08

NIRE n. 35300057163

Comunicado ao Mercado

A CAMBUCI S.A. (“Companhia”) comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral, em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e ao OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-2/Nº 129/2014 de 17 de junho de 2014, que não contratou outros serviços da **GF AUDITORES INDEPENDENTES**, além daqueles relacionados à auditoria externa do exercício de 2013. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

São Paulo, 25 de junho de 2014.

Paulo Ricardo de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	17.574.000,00	17.724.000,00	13.897.000,00	40.314.000,00
Ativo Total	272.881.000,00	269.370.000,00	245.548.000,00	233.865.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	65.284.000,00	283.287.000,00	274.172.000,00	275.528.000,00
Resultado Bruto	29.081.000,00	115.632.000,00	112.676.000,00	119.859.000,00
Resultado Líquido	529.000,00	331.000,00	-27.615.000,00	6.723.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	38.552.249	38.552.249	36.960.000	36.960.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,455849	0,459740	0,376000	1,090700
Resultado Líquido por Ação	0,013720	0,008600	-0,747200	0,181900

3.2 - Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social das despesas financeiras e da depreciação e amortização e deduzido das receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez da Companhia. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional e liquidez.

Exercício social encerrado em (em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)

EBITDA consolidado	31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)	31.12.2011
EBITDA	37,7	(1,3)	26,4
Margem EBITDA	13,3%	-0,5%	9,57%

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

EBITDA consolidado	2013	2012 Reapr.	%
Lucro Líquido	0,3	(27,6)	-101,2%
(+) Depreciações e amortizações	9,8	6,5	49,9%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	27,5	19,6	40,6%
(+/-) Resultado atribuível acionistas não controlados	0,07	0,2	-
EBTIDA	37,7	(1,3)	-2,951,0%
Margem %	13,3%	-0,5%	13,8 p.p.

EBITDA consolidado	2012 Reapr.	2011	%
Lucro Líquido	(27,6)	6,7	- 511,9%
(+) Depreciações e amortizações	6,5	5,7	12,3%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	19,6	14,0	38,6%
(+/-) Resultado atribuível acionistas não controlados	0,2	0,1	-
EBTIDA	(1,3)	26,4	-104,9%
Margem %	-0,5%	9,57%	-105,5 p.p.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do nosso resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de nossa estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras

3.2 - Medições não contábeis

companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve evento subsequente nas informações das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a) regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar e reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Além disso, o Estatuto Social da Companhia estabelece que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

O lucro líquido do exercício, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, poderá ter a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva para Contingência, na forma do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva de lucros a realizar, na forma do artigo 197 das Sociedades por Ações; (iv) do saldo remanescente após as deduções constantes das alíneas “a” e “b”, supra, uma porcentagem de 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo obrigatório; e

(v) o saldo eventual dos lucros terá o destino que a Assembleia Geral determinar, por proposta dos órgãos de Administração, e em caso de distribuição, esta será efetuada entre as ações, em igualdade de condições. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou lucro no montante de R\$ 330.680,37 (trezentos e trinta mil seiscentos e oitenta reais e trinta e sete centavos). A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 30.04.14, deliberou sobre a absorção do total do lucro apurado no exercício utilizando os saldos existentes nas contas de prejuízos acumulados no montante de R\$ 18.603.173,98 (dezoito milhões, seiscentos e três mil, cento e setenta e três reais e noventa e oito centavos). O restante do prejuízo, no montante de R\$ 18.272.173,98 (dezoito milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta e três reais e noventa e oito centavos), ficará registrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 na conta de prejuízos acumulados.

b) regras sobre distribuição de dividendos

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social é de 25% (vinte e cinco por cento) do nosso lucro líquido. Adicionalmente, poderemos remunerar os nossos acionistas a título de juros e imputar o seu valor aos valores do dividendo obrigatório.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

Os dividendos intermediários e intercalares distribuídos serão considerados antecipação do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos foram pagos.

d) restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Referente a destinação do resultado de 2011, temos a informar:

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012 deliberou sobre a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.597, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado para o cálculo do dividendo. Esses dividendos representavam R\$ 0,0432 para cada ação ordinária e preferencial, em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a Administração da Companhia decidiu reverter esses dividendos, uma vez que na base de cálculo dos dividendos não foi excluída a receita proveniente de incentivos fiscais auferida naquele exercício. Tal decisão está suportada com base na AGE de 12 de dezembro de 2013. Dessa forma, o valor de R\$ 1.597 foi reclassificado do passivo circulante para prejuízos acumulados.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	0,00		0,00	6.723.304,45
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000		0,000000	23,750000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000		0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00		0,00	1.596.784,81
Lucro líquido retido	0,00		0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária		0,00				0,00			
Preferencial	Preferencial Classe A					0,00			
Dividendo Obrigatório									
Ordinária								536.519,70	31/12/2012
Preferencial	Preferencial Classe A							1.060.265,11	31/12/2012

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Informar se nos últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Em 2009 e 2010 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores. Em 08 de março de 2012, o nosso Conselho de Administração aprovou “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2012, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$ 1.597.000,00 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil reais), referentes a dividendos propostos de lucros constituídos no exercício social de 2011. No entanto, no dia 15 de maio de 2012, o juiz da 8ª Vara Execução Federal de São Paulo, responsável pela Execução Fiscal nº 0002070-29.2012.403.6182, determinou o bloqueio dos dividendos a serem distribuídos para os nossos acionistas, limitando a distribuição ao valor de R\$ 1.053.339,88 (um milhão, cinquenta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), em razão da cobrança de débitos de Contribuição ao PIS e COFINS, inscritos em Dívida Ativa sob os nºs 80.7.11.020674-41 e 80.6.11.094819-04, tendo a execução fiscal sido distribuída em 08 de maio de 2012.

Antes mesmo da distribuição da execução, por força de provocação ocorrida por meio do mandado de segurança nº 0002342-75.2012.4.03.6100, a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PFN”) reconheceu a prescrição da maior parte do valor em cobrança (cerca de 85%), o que ocasionou o cancelamento integral da inscrição nº 80.7.11.020674-41 e a retificação da inscrição nº 80.6.11.094819-04, restando saldo a pagar no valor de aproximadamente R\$ 1.053.000,00 (um milhão e cinquenta e três mil reais). Como eram necessárias providências administrativas para a baixa dos débitos, a PFN do Estado de São Paulo requereu prazo de 15 (quinze) dias para efetuar os tramites aplicáveis. Antes da distribuição da execução fiscal e após o prazo requerido pela PFN do Estado de São Paulo para baixa dos débitos, a Companhia requereu o parcelamento ordinário do saldo remanescente a pagar. No entanto, devido à demora da PFN do Estado de São Paulo, de quase 2 (dois) meses para analisar o requerimento de parcelamento, a Companhia acabou por efetuar o pagamento de duas parcelas da dívida, enquanto aguardava tal análise. Ocorre que a PFN do Estado de São Paulo indeferiu o pedido de parcelamento, sob o fundamento de que o débito não poderia ser parcelado de forma ordinária, em razão de vedações legais.

A fim de se aproveitar do parcelamento simplificado, aplicado a débitos de valor inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para o qual não se aplicam as vedações legais, a Companhia efetuou o pagamento do valor de R\$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), de modo a reduzir o valor da dívida para menos de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Diante disto, o juiz da 8ª. Vara Federal de São Paulo deferiu parcialmente o requerimento da Companhia para limitar o valor do bloqueio à quantia de R\$ 498.339,88 (quatrocentos e noventa e oito mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), até que reste comprovado no processo a concretização do parcelamento simplificado, determinando ainda a expedição novos ofícios ao Banco Itaú Corretora de Ações e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

A concretização do parcelamento já foi operacionalizada e o débito já se encontra com a exigibilidade suspensa, tendo sido expedida a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa em nome da Companhia.

A Administração da Companhia está tomando todas as providências cabíveis junto a PFN e ao Juiz competente, para que seja determinado o desbloqueio integral dos dividendos, já que o parcelamento foi reconhecido pelas respectivas autoridades fiscais.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2013, ficou deliberado o cancelamento de distribuição de dividendos no valor de R\$1.596.784,80 (hum milhão quinhentos e noventa e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), uma vez que o valor destinado à reserva de incentivos fiscais na forma prevista nos termos do inciso I do caput do art. 202 da LSA, será deduzido da base de cálculo dos dividendos obrigatórios, não restando saldo que permita a declaração de dividendos.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2014	255.027.000,00	Índice de Endividamento	0,93000000	
	251.585.000,00	Índice de Endividamento	0,93000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos atualmente dívidas com garantia flutuante, real ou quirografias.

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) com relação ao emissor

Realizamos nosso plano de investimentos levando em conta as informações históricas e tendências econômicas.

Na elaboração do nosso plano de negócios e de investimentos levamos em consideração *performance* históricas, conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, tendências macroeconômicas e setoriais, entre outras fontes de informações, para que tenhamos o maior grau de assertividade e previsibilidade possível. Apesar desses cuidados, a ocorrência de fatores que estão fora de nosso controle, tais como grandes alterações nas condições macroeconômicas provenientes de graves crises, alterações significativas na demanda e na preferência dos nossos clientes, podem impactar negativamente nossos resultados operacionais.

A identidade de nossa marca é um dos fatores chave para o sucesso de nosso negócio. Essencial que possamos utilizar de forma eficaz e proteger de forma adequada qualquer uma de nossas marcas.

Como parte de nossa estratégia de crescimento e incremento de *market share*, buscamos posicionar bem nossas marcas no mercado, pois elas são um ativo de natureza competitiva e estratégica para a Companhia, e além de estimularem o consumo dos nossos produtos por milhões de consumidores, no Brasil e no exterior.

As nossas marcas foram construídas ao longo dos últimos 40 anos de nossa história e são um fator determinante na conquista da fidelidade dos consumidores. Possuímos um portfólio amplo de marcas registradas e zelamos para que nossos direitos de titular das marcas sejam protegidos e respeitados por terceiros. O portfólio de nossas marcas é formado por aproximadamente 294 registros, divididos entre o Brasil e o exterior, em mais de 77 países. Desse universo, a marca mais importante para nós é a "Penalty". A proteção inadequada de nossos direitos de propriedade intelectual pode ter efeito relevante e adverso sobre nós.

Por ser um ativo de alto valor, nossos direitos de propriedade intelectual referentes às nossas marcas e ao *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e à violação por terceiros. Não estamos imunes a produtos falsificados, contrabandeados, "pirateados" e produtos que infringem nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados.

A dificuldade no combate da falsificação de várias fontes de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual pode não apenas ter um efeito adverso para nós, como atingir a integridade de nossas marcas pela sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro e pedidos de registro de todas as nossas marcas e patentes no Brasil e de nossas principais marcas no exterior,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

não podemos assegurar que quaisquer terceiros não alegarão que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Neste caso, podemos vir a ficar impedidos de utilizar determinada marca, o que, conseqüentemente, poderá ter um efeito adverso sobre nós.

Não podemos assegurar que nossas novas tecnologias, patentes, objetos de design e marcas que venhamos a desenvolver serão levados a registro nos órgãos de propriedade industrial competentes antes que terceiros o façam.

É essencial que possamos responder de forma eficiente às mudanças nas tendências de artigos esportivos e preferências de nossos clientes.

Atuamos há 40 anos no mercado de artigos esportivos e competimos com diversas outras marcas e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, calçados, confecção e acessórios em relação a preço, qualidade, estilo e promoções.

Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e satisfação dos clientes estejam entre os pontos mais desafiadores de nosso negócio. As preferências dos consumidores e a tendência de artigos esportivos são voláteis.

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências da moda, bem como às preferências de nossos clientes. Se por algum fator alheio ao nosso controle não formos capazes de adequar nossos produtos aos gostos dos clientes, poderemos aumentar nossos níveis de estoque e não vender nossos produtos no momento e no volume planejado.

Dependemos de dois centros de distribuição para distribuir nossos produtos.

Possuímos apenas dois centros de distribuição no Brasil, sendo um na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, e o outro na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia.

Muito embora tenhamos Planos de Contingências para mitigar riscos no fluxo de suprimentos, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das referidas cidades ou em sua operação, devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais, afetando os nossos resultados operacionais. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese de ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Além disso, nas apólices de seguro da Companhia não há cobertura de lucros cessantes.

Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas nossas unidades industriais podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades e resultados operacionais.

Dependemos da obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças municipais e do corpo de bombeiros para operação do nosso negócio.

A fábrica, centros de distribuição e outros imóveis que ocupamos ou podemos vir a ocupar estão sujeitos a licenciamentos municipais e autorizações do corpo de bombeiros. Em relação às fábricas, é exigível, adicionalmente, a obtenção de licenças ambientais cabíveis ou respectiva dispensa de licenciamento ambiental. Apesar de mantermos um rígido controle nos atendimentos aos requisitos necessários à renovação e obtenção de todas as licenças necessárias à operação do nosso negócio, não podemos assegurar que, por motivos alheios a nossa vontade, obteremos essas licenças em prazos adequados.

A falta de uma destas licenças ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o fechamento das atividades do respectivo imóvel. A eventual imposição destas penalidades, em especial o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

Nossos incentivos fiscais podem não ser renovados quando do seu vencimento.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Somos titulares de alguns incentivos fiscais federais e estaduais relacionados ao Imposto de Renda e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Nos exercícios de 2011 a 2013, parte substancial de nosso lucro líquido resultou desses incentivos fiscais. Os incentivos têm prazos finitos e podem não ser renovados quando do seu vencimento, o que causará um efeito relevante e adverso sobre os nossos resultados.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais. Também não podemos assegurar que continuaremos a obter novas subvenções para investimento depois de expirado os prazos de recebimento das atuais e, se conseguirmos, não podemos assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente somos titulares. Caso novos incentivos fiscais não sejam efetivamente obtidos, será necessário que promovamos adequações operacionais para que seus resultados financeiros não sofram efeito adverso relevante.

Além disso, há ações diretas de inconstitucionalidade movidas contra os Estados da Bahia e Paraíba questionando a constitucionalidade de leis que instituíram incentivos fiscais por nós usufruídos. Caso o Supremo Tribunal Federal julgue referidas ações procedentes podemos perder as subvenções decorrentes destes incentivos.

Alterações na legislação tributária ou trabalhista, ou na interpretação de tais leis e normas, podem ter um efeito adverso relevante para nós.

O Governo Federal ocasionalmente promove reformas nos tributos e nos regimes de tributação, que podem afetar as nossas operações e de outros participantes dos nossos mercados de atuação. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de tributação e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de determinados objetivos governamentais. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras mudanças decorrentes de aprovação de novas reformas tributárias não podem ser quantificados.

Além disso, pode haver alterações na legislação trabalhista ou na interpretação da atual legislação trabalhista pelo poder judiciário que altere os custos trabalhistas e encargos relacionados a que estamos sujeitos. Não podemos assegurar que eventuais reformas tributárias ou trabalhistas, ou alterações na interpretação das leis tributárias ou trabalhistas vigentes não ocorrerão. Uma mudança dessa natureza poderá afetar as empresas de forma geral ou de segmentos específicos. Se isso ocorrer com empresas do seguimento que atuamos, isso poderá afetar nossas despesas com tributos ou nossos custos trabalhistas e encargos relacionados, com conseqüente efeito adverso e talvez relevante nos nossos resultados.

b) com relação ao nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Não há fatores de risco relacionados a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

c) com relação aos nossos acionistas

Não há fatores de risco relacionados aos nossos acionistas.

d. com relação a nossas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

e. com relação a nossos fornecedores

4.1 - Descrição dos fatores de risco

É essencial que consigamos adquirir matéria-prima, para que nossa produção e nossas vendas não sejam afetadas de maneira negativa e nosso resultado não seja prejudicado.

Possuímos uma ampla gama de fornecedores no Brasil e no exterior e não concentramos nossas necessidades de produção ou comercialização em fornecedores específicos. Além disso, estabelecemos um alto grau de parceria com esses fornecedores e baseamos nossas negociações em um planejamento de compras.

O preço de nossas matérias-primas pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Nossas principais matérias-primas são a borracha natural, borracha sintética, látex, fios de algodão, laminados de PVC e PU, EVA, e tecidos de poliéster, que representam uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. A borracha natural e o algodão são commodities, enquanto que as demais matérias-primas contêm em sua composição derivados de commodities como resinas de PVC, óleos plastificantes e alguns tipos de aditivos, portanto, seus valores também são estabelecidos de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Mesmo no caso de contratos firmados com fornecedores, buscando certa estabilidade de suprimento e custos para essas matérias-primas, as negociações contratuais podem sofrer influência de flutuações nas cotações destas commodities, sobre as quais não temos controle. Caso ocorra uma variação significativa, brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Estamos expostos à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos e dos insumos das nossas fábricas.

Nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores, alguns sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Adicionalmente, aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos poderão vir a diminuir nossa margem de lucro.

f. com relação aos nossos clientes

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Somos uma companhia que atua no setor varejista do Brasil e realizamos vendas a prazo de nossos produtos por clientes dos seguintes canais: atacado, distribuidores regionais, varejo de calçados multimarca e especializado em artigos esportivos e supermercados e hipermercados. Embora, não possuamos alta concentração de clientes, isto é nenhum de nossos clientes possui vendas representando mais de 10% (dez por cento) do nosso total de vendas, bem como adotamos rígidos processos de análise de crédito e cobranças, estamos expostos a riscos, ainda que pequenos, relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso em nossos negócios.

Nosso negócio também poderá sofrer efeito adverso caso a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações, com relação a eventual crédito concedido, seja reduzida.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g) com relação ao setor de atuação

O setor de varejo de artigos esportivos no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competição.

A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias e novos concorrentes, pelo número de lojas, propaganda, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, qualidade e eficiência de atendimento na venda e pós-venda, entre outros. Temos concorrentes nacionais e internacionais.

O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista é sensível a períodos de aquecimento e desaquecimento econômico geral que levaram a aumentos e quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, o que poderá afetar adversamente nossas vendas.

h) com relação à regulação do setor de atuação

Não estamos expostos a riscos decorrentes da regulação do setor em que atuamos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Proteção do mercado brasileiro

Em razão do forte crescimento das importações os governos de Brasil e da Argentina adotaram medidas “*antidumping*” aos calçados provenientes da China, impondo sobretaxa que elevou seu custo de importação. Novas barreiras de importação, ou a ampliação das atuais, dependendo de sua dimensão, podem afetar as nossas estratégias de “*sourcing*”.

i) com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Internacional

Nossa operação em países estrangeiros nos expõe aos riscos especificados nos itens acima, podemos ser adversamente afetados por variações em sua economia, instabilidade política e medidas governamentais relacionadas à economia.

Enfrentamos diversos riscos relacionados aos negócios em mercados internacionais em que atuamos, dentre os quais se destacam principalmente:

- (i) interferência de governos locais em políticas econômicas;
- (ii) liberação de licenças para a importação de mercadorias;
- (iii) instabilidade da taxa de câmbio e desvalorização das moedas locais;
- (iv) deterioração de condições econômicas;
- (v) inflação e taxa de juros;
- (vi) controle de câmbio e restrições de remessa ao exterior;
- (vii) política fiscal e regime tributário;
- (viii) liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos; e
- (ix) outros aspectos políticos, sociais e econômicos que afetem os mercados em que atuamos.

A operação internacional de maior relevância dentre as que atuamos é a Argentina que representou respectivamente, em 2013, 12,24%, 2012, 10,61% e 2011, 1,73% do faturamento bruto consolidado da Companhia.

Exercício social findo em 31 de dezembro de	2013	2012	2011
Crescimento real do PIB	2,3%	0,9%	2,7%
Inflação IGP-M	5,5%	7,8%	5,1%
Inflação IPCA	5,9%	5,8%	6,5%
Certificado de depósito interbancário – CDI	8,0%	8,4%	11,6%
Taxa SELIC	8,2%	8,5%	11,6%
Taxa de juros de longo prazo (TJLP)	5,0%	5,5%	6,0%
Taxa de câmbio Venda – final do período (R\$/USD)	2,34	2,04	R\$ 1,88
Taxa de câmbio média – US\$ 1,00	2,16	1,95	R\$ 1,67

Para mitigar riscos de liberação de licenças para importações de mercadorias, em 2012 e 2013, expandimos nossa operação de produção interna na Argentina.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A ocorrência de quaisquer dos fatores de risco acima mencionados, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados em que operamos ou que pretendemos operar, pode nos impedir de atingir os nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, resultando em um efeito adverso para nós.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Analizamos constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta, mediante monitoramento das mudanças a que nossas atividades estão sujeitas. Atualmente, não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de nossas atividades, cuja provisão para contingência encontra-se no quadro abaixo.

Natureza	2013			Controladora 2012		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
	Trabalhista	1.229	(999)	230	1.570	(1.182)
Tributário	1.479	(1.860)	(381)	1.525	(1.093)	432
Total	2.708	(2.859)	(151)	3.095	(2.275)	820

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.570	1.525	3.095
(+) Complemento de provisão	709	145	854
(-) Pagamento de ações	(1.050)	(191)	(1.241)
Saldo em 31 de dezembro 2013	1.229	1.479	2.708

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2014 e 2017.

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas trabalhista, tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas.

Além dos processos acima mencionados, em 31 de dezembro de 2013, existem outros processos em andamento que totalizam R\$ 12.794 para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- a) Ações cíveis, num montante de R\$ 869, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- b) Ações Trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e/ou Adicional de Insalubridade, no montante de R\$ 2.228.
- c) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 9.877.

Processos Cíveis

A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível no montante total de R\$869.000,00 (oitocentos e sessenta e nove mil reais). Dentre as ações cíveis em que a Companhia figura no pólo passivo descreveu abaixo aquelas que possuem relevância para os negócios da Companhia.

Processo nº 583.02.2005.041798-3	
a.Juízo	9ª Vara Fazenda Pública de São Paulo - SP

b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	28 de junho de 2005.
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: SENAI Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$350.000,00
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de contribuições devidas ao INSS - Terceiros, bem como o seu respectivo adicional. A ação foi julgada procedente. A Companhia apresentou apelação. Atualmente aguarda-se o julgamento da apelação.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

Processo nº 583.11.2007.126642-3	
a. Juízo	4ª Vara Cível de São Paulo/SP
b. Instância	STJ
c. Data de instauração	21 de julho de 2007.
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: SENAI Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$274.000,00
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de contribuições relativas ao INSS –Terceiros. Em 1ª instância a ação foi julgada improcedente. Em 2ª instância a ação foi julgada procedente. Os autos foram remetidos ao STJ e aguarda-se o julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

Processo nº 0043313-14.2010.8.17.0001	
a. Juízo	7ª Vara Cível de Recife/PE
b. Instância	STJ
c. Data de instauração	12 de agosto de 2010.
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Norteldata Telecomunicações e Informática Ltda. Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$245.000,00
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de multa decorrente de rescisão contratual. Aguarda-se decisão do processo.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

Processos Trabalhistas

A Companhia é parte passiva em reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de adicionais salariais e horas extras. Além dos valores provisionados, relativos aos processos classificados com probabilidade de perda provável, há processos classificados como possível que representam a quantia de R\$2.228.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte e oito mil reais).

Não acreditamos que qualquer ação judicial na esfera trabalhista individual pendente, se decidida de maneira desfavorável, causaria um efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre os nossos resultados operacionais.

Aspectos Administrativos

Atualmente a Companhia é parte passiva em processos administrativos em trâmite perante a Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba referente à cobrança de ICMS, proveniente de diversos créditos tributários. O valor destes processos, classificados como possível, representa a quantia de R\$9.877.000,00 (nove milhões, oitocentos e setenta e sete mil reais).

Dentre os processos em que a Companhia figura no pólo passivo descrever abaixo aquelas que possuem relevância para os negócios da Companhia.

AIIM nº 3.082.746-2 DTR 07-841416/07	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Pirajuí/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	28 de abril de 2005.
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3.700.000,00
f. Principais fatos	Discute-se o diferencial de alíquota de ICMS de 17% para 18% com a respectiva transferência de saldo devedor para a unidade de São Roque referente ao período compreendido entre novembro de 2003 a setembro de 2007 e a transferência de saldo credor para a unidade de Pirajuí com relação ao período de março de 2002 a outubro de 2003. A Companhia ofereceu bens a penhora para a oposição de embargos à execução. Aguarda-se a manifestação do juízo sobre a aceitação dos bens oferecidos.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

AIIM nº 2004.000024039-78 CDA 3500.004.2010.0114	
a. Juízo	3ª Vara de Sapê /PB
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	22 de março de 2004.
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Governo do Estado da Paraíba Pólo Passivo: Cambuci S/A

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.317.000,00
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de contribuições de ICMS decorrente de saída de mercadoria sem emissão de documento fiscal. Alegação em função de diferença de estoque da filial de Sapé (referente ao período de 1999 a 2002). O processo encontra-se suspenso em função do ajuizamento de ação anulatória que concedeu liminar para suspender a exigibilidade do crédito.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

AIIM nº 93300008.09.00000053/2007-42 CDA 350000420110116 – EF - 035.2011.002563-8	
a. Juízo	Vara de Mari /PB
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	01 de março de 2007
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Governo do Estado da Paraíba Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$320.305,45
f. Principais fatos	Discute a cobrança de contribuições relativas a ICMS decorrente da omissão de saída de produtos tributáveis em razão da diferença de estoque na filial de Mari no período de 2001 a 2002. O processo encontra-se suspenso em função do ajuizamento de ação anulatória que concedeu liminar para suspender a exigibilidade do crédito.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

AIIM nº 2004.000024458-91 CDA 7500003201005580 – EF - 075.2011.003.079-0	
a. Juízo	4ª Vara de Bayeux/PB
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	22 de março de 2004.
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Governo do Estado da Paraíba Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$400.762,85.
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de contribuições relativas a ICMS decorrente da falta de recolhimento em razão da saída de mercadoria tributada como isenta no período de 1999 a 2003. O processo encontra-se suspenso em função do ajuizamento de ação anulatória que concedeu liminar para suspender a exigibilidade do crédito.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

AIIM nº 93300008.09.00000050/2007-9 CDA 230000120100192 – EF - 023.2011.000.131-2	
a. Juízo	Vara de Mamanguape/PB
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	15 de fevereiro de 2007.
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Governo do Estado da Paraíba Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$278.402,45
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de contribuições relativas a ICMS em razão da falta de recolhimento na saída de mercadoria tributável na filial de Mamanguape referente ao período de 2001 a 2002. O processo

	encontra-se suspenso em função do ajuizamento de ação anulatória que concedeu liminar para suspender a exigibilidade do crédito.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	Não há.

AIIM nº 2.084.140-1 DRT 4-41259-2002 CDA 1006.672.128 EXECUÇÃO 586.01.2011.000839-1	
a. Juízo	Anexo Fiscal de São Roque /SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	21 de dezembro de 2001
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$2.382.000,00
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de contribuições relativas a ICMS em razão da falta de recolhimento na importação pela Companhia de mercadoria tributável. A Companhia ofereceu bens à penhora para a oposição de embargos à execução. Aguarda-se a manifestação do juízo sobre a aceitação dos bens oferecidos.
g. Chance de perda	Possível: R\$1.718.000,00 Provável: R\$664.000,00
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	R\$815.000,00

AIIM nº 2.085.019-0 DRT 4.9047719-2002 EXECUÇÃO 586.01.2005.000266-8	
a. Juízo	Anexo Fiscal de São Roque /SP

b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	14 de maio de 2002
d. Partes do Processo	Pólo Ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Pólo Passivo: Cambuci S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.900.000,00
f. Principais fatos	Discute-se a cobrança de contribuições relativas a ICMS em razão da falta de recolhimento na importação pela Companhia de mercadoria tributável. A Companhia ofereceu bens à penhora para a oposição de embargos à execução. Aguarda-se a manifestação do juízo sobre a aceitação dos bens oferecidos.
g. Chance de perda	Possível: R\$1.148.000,00 Provável: R\$752.000,00
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo.
i. Valor provisionado	R\$761.000,00

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de seus controladores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas são partes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**i) restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos;**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

ii) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

iii) hipóteses de cancelamento de registro; e

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

iv) outras questões do interesse dos investidores

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a alguns riscos de mercado, tais como: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio.

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor dos nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros, taxa de câmbio, liquidez e crédito.

Alterações na conjuntura econômica do Brasil, como as políticas fiscais, cambiais, monetárias, entre outras que serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, poderão prejudicar as nossas atividades através, por exemplo, da desaceleração econômica, aumento de juros, aumento da inflação e aumento da percepção de riscos em outros países.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas a inflação e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diários").

A Companhia analisa constantemente a sua exposição a taxas de juros, sendo que vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, os valores dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

	<u>Classificação por categoria</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	<u>23.370</u>	<u>23.276</u>
		23.370	23.276
Aplicacoes financeiras			
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	<u>546</u>	<u>500</u>
		546	500
Contas a receber clientes			
	Empréstimos e recebíveis	<u>68.640</u>	<u>59.370</u>
		68.640	59.370
Partes relacionadas			
Ativos	Empréstimos e recebíveis	<u> </u>	<u>381</u>
			381
Fornecedores			
	Outros passivos financeiros	<u>15.881</u>	<u>14.005</u>
		15.881	14.005
Empréstimos e financiamentos			
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	30.538	39.190
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	<u>124.852</u>	<u>107.453</u>
		155.390	146.643
Debêntures			
	Outros passivos financeiros	<u>8.282</u>	<u>11.343</u>
		8.282	11.343
Tributos Parcelados			
Refis	Outros passivos financeiros	26.571	24.014
Parcelamento do ICMS	Outros passivos financeiros	<u>10.628</u>	<u>9.915</u>
		37.199	33.929

A Companhia não acredita, baseando-se na atual política monetária que vem priorizando a estabilidade econômica, em um aumento nas taxas de juros variáveis, nas quais a Companhia está exposta, superior a 25%.

Risco de Taxa de Câmbio

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, em razão de parte de nossos principais insumos serem cotadas em dólar no mercado internacional. A taxa de câmbio desses insumos influencia os nossos custos na medida em que afetam os preços em reais quando seu preço é traduzido para o real.

Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço dos insumos em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação nos preços dos insumos em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta as nossas exportações, uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

em reais. Ademais, a Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano.

A Companhia realiza um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas.

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	<u>Classificação por categoria</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	23.370	23.276
		<u>23.370</u>	<u>23.276</u>
Aplicacoes financeiras			
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	546	500
		<u>546</u>	<u>500</u>
Contas a receber clientes			
	Empréstimos e recebíveis	68.640	59.370
		<u>68.640</u>	<u>59.370</u>
Partes relacionadas			
Ativos	Empréstimos e recebíveis		381
			<u>381</u>
Fornecedores			
	Outros passivos financeiros	15.881	14.005
		<u>15.881</u>	<u>14.005</u>
Empréstimos e financiamentos			
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	30.538	39.190
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	124.852	107.453
		<u>155.390</u>	<u>146.643</u>
Debêntures			
	Outros passivos financeiros	8.282	11.343
		<u>8.282</u>	<u>11.343</u>
Tributos Parcelados			
Refis	Outros passivos financeiros	26.571	24.014
Parcelamento do ICMS	Outros passivos financeiros	10.628	9.915
		<u>37.199</u>	<u>33.929</u>

Risco de Liquidez

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Nota	Consolidado				Total
		Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante						
Fornecedores		15.881				15.881
Empréstimos e financiamentos	18	86.505				86.505
Debêntures	19	4.559				4.559
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	18		47.709	13.103	8.073	68.885
Debêntures	19		3.723			3.723
Em 31 de dezembro de 2013		106.945	51.432	13.103	8.073	179.553

Realizamos, considerando indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo, a gestão do risco de liquidez, que tem como objetivo principal o acompanhamento da liquidez. Esses cálculos feitos com base em indicadores de liquidez imediata permitem à Administração da Companhia gestão obter dados em uma ótica global.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Risco de Crédito

Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. A exposição da Companhia aos riscos de contraparte em instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2013, a classificação do risco está demonstrada a seguir:

	Percentual (%)
1 Risco Baixo	76,9
2 Risco Médio	3,9

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

3 Risco Alto (*) 19,2

(*) A maioria dos clientes nesta faixa está inativa e os respectivos títulos estão em fase de cobrança judicial. Os clientes desta faixa que ainda estão ativos compram da Cambuci com pagamento antecipado.

	Consolidado	
	2013	2012
Faturamento bruto	337.372	332.824
Total dos títulos vencidos com mais de 30 dias	10.134	12.512
Indicadores de inadimplência (i)	3,00%	3,76%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes em 31 de dezembro de 2013 / o total do faturamento.

A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Contudo, em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a administração da Companhia constitui provisões para trazê-las ao seu valor provável de realização. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas. Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes. Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos .

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotados.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	29/08/1945
Forma de Constituição do Emissor	Companhia Aberta
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	05/01/1985

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico do emissor

O Grupo Cambuci é uma multinacional brasileira e construiu sua história com muita coragem, dedicação, esforço e trabalho – características típicas dos brasileiros que continuam sendo os pilares da companhia na busca contínua de

melhores resultados e na ampliação do seu território de atuação, tanto no Brasil quanto no exterior. Sua história começou em 1945, quando os filhos de Assibe - Victório, Eduardo, Mario e Ernesto Estefano - ainda jovens, mas com muita fibra e empreendedorismo, compraram a parte dos tios e fundaram, oficialmente, a Malharia Cambuci S/A, uma confecção de artigos de vestuário masculinos e femininos localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo. Pouco menos de 25 anos depois, em 1968, os irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, filhos de Eduardo e netos de Assibe, assumiram a empresa, após a aposentadoria do tio Victório. Essa mudança iniciou um novo e promissor ciclo na Companhia, que passa a focar seus trabalhos no mercado esportivo. Em 1970, a Cambuci criou a marca Penalty e lançou produtos para a prática de futebol. Com o sucesso, alguns anos mais tarde, a Cambuci transferiu sua produção para o interior de São Paulo, em um complexo de fábricas criado para atender todo o mercado brasileiro. Em seguida, fechou o seu primeiro grande contrato com o São Paulo Futebol Clube. A década de 70 foi um período de grande crescimento para a empresa. Em 1979, a Cambuci, com a marca Penalty, fechou parceria com a Confederação Brasileira de Futebol de Salão ("CBFS"), que acabava de nascer. Constantes investimentos na modalidade por mais de 20 anos, firmaram a Penalty como uma marca profissional intimamente ligada ao universo do futebol, em suas diversas modalidades. Começava, neste momento, a internacionalização da marca Penalty. Antes da metade dos anos 80, a Cambuci tornou-se a maior fabricante brasileira de bolas. Neste período, transformou-se em sociedade por ações de capital aberto e adquiriu os direitos de fabricação de calçados da marca Asics, bem como de raquetes e bolas de tênis das marcas Wilson e Doonay. Absorvendo, a partir daí, experiência e tecnologia que lhe permitiram avançar no padrão internacional de seus produtos. Seguindo o caminho da internacionalização, nos anos 90 a Penalty consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Com resultado dos investimentos, a marca mostrou-se "pé quente", pois o São Paulo Futebol Clube, time patrocinado pela Penalty, foi bicampeão da Libertadores da América e do Mundial Interclubes, em 1992 e 1993. Dois anos depois, em 1995, o Grêmio de Football Portoalegrense, outro time patrocinado pela Penalty, foi campeão da Libertadores da América e vice-campeão no Mundial Interclubes. Além disso, a Seleção Brasileira de Futsal, também patrocinada pela Penalty, foi pentacampeã mundial (1982, 1985, 1989, 1992 e 1996), tornando a modalidade cada vez mais prestigiada em todo o Mundo. Ainda na década de 90, a explosão do consumo de material esportivo estimulou a Cambuci a investir cada vez mais no crescimento da marca Penalty. Por outro lado, a abertura do mercado brasileiro às importações provocou a entrada de inúmeras marcas esportivas internacionais, tornando o consumidor mais exigente.

Esses acontecimentos foram encarados como um desafio. Em três estados brasileiros, São Paulo, Bahia e Paraíba, modernas fábricas foram inauguradas, linhas de produtos ampliadas, desenvolvidas novas tecnologias em bolas, calçados, confecção, equipamentos e acessórios, além de estratégicos investimentos aplicados no setor esportivo.

Com isso, a Cambuci manteve sua competitividade no mercado nacional e firmou-se no mercado internacional, levando a marca Penalty para diversos países em toda a América, Ásia e Europa. Em 1998 foi fundada a Penalty Argentina, primeira filial fora do Brasil e que hoje tem presença massiva de Missões a Usuhaia, sendo uma das principais marcas argentinas de futebol. Para assegurar a estratégia de ampliação de sua presença no universo esportivo, a Cambuci lançou, em 2005, a marca Stadium, complementando o extenso portfólio de produtos da empresa. Deste modo, buscou

Formatado: Esquerda: 1,23 cm,
Direita: 0,53 cm, Superior: 3,53 cm,
Largura: 21 cm, Altura: 29,7 cm

6.3 - Breve histórico

acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional e a migração das classes C, D e E, apresentando a marca Stadium como uma nova opção para aquisição de produtos esportivos, através da excelente relação custo/benefício ofertada em seus materiais.

Em 2008, a Cambuci iniciou internamente um importante projeto de planejamento para reposicionar a marca Penalty e, em 2011, após três anos de pesquisas e investimentos, apresentou seu novo direcionamento estratégico, amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol. Este reposicionamento, focado em uma nova e arrojada identidade visual na reformulação completa do portfólio de produtos e na estruturação da Companhia para a excelência na prestação de serviços e no fortalecimento da marca no mercado internacional; tem por objetivo preparar a Penalty, da melhor forma possível, para os próximos anos, mantendo a marca como um dos maiores expoentes do esporte nacional. Hoje, a Companhia está presente em 14 países, entre os quais alguns através de filiais ou subsidiárias, como Argentina, Chile e Espanha e outros de licenciários, como o Japão – onde acaba de instalar um escritório que servirá como braço para alcançar os demais mercados europeus. Assim sendo, para atender uma demanda cada vez maior, a Cambuci conta com instalações que atendem aos mais exigentes padrões internacionais e produzem materiais esportivos que são exaustivamente testados em laboratórios próprios e, principalmente, por atletas profissionais. Tamanho cuidado garante o endosso das principais confederações e federações esportivas do mundo, bem como de atletas de renome internacional. Ciente também de seu papel nas sociedades onde atua, o Grupo Cambuci emprega, só no Brasil, aproximadamente dois mil funcionários diretos, que são treinados e contam com toda assistência necessária para a melhor prática de suas funções. Como empresa cidadã, apóia diversos projetos sociais, oferecendo oportunidades às pessoas menos favorecidas. Assim, a Cambuci possui uma história escrita através do apoio incondicional ao esporte, sendo que, através das suas marcas Penalty e Stadium, mantém seu trabalho, ciente de que a melhor forma de comemorar o passado é mantendo o foco no futuro.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento 1 – Aquisição de Ações da Penalty Chile S/A

(I.a) evento;

A companhia, em 31 de outubro de 2010, adquiriu 52% das ações ordinária da **Penalty Chile S/A**, com o objetivo de intensificar a sua presença no mercado chileno.

(I.b) principais condições do negócio;

Neste negócio, houve o desdobramento das ações e a aquisição de 1917 (mil novecentos e dezessete) ações ordinárias ao portador indivisíveis pelo valor de 345.060.000 (trezentos e quarenta e cinco milhões e sessenta mil pesos chilenos), representando 76% das ações emitidas da empresa Penalty Chile S/A, ações estas que se encontram totalmente integralizadas.

(I.c) sociedades envolvidas;

Na aquisição das ações emitidas pela Penalty Chile S/A, as sociedades envolvidas são a Companhia e a própria Penalty Chile S/A.

(I.d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor;

A Companhia passou a deter 76% da empresa Penalty Chile S/A.

(I.e) quadro societário antes e depois da operação. Penalty Chile S/A (Antes) Acionista Ações (%)

Penalty Chile (antes)		
Acionista	Ações	(%)
Doce Pasos	700	70
Cambuci S/A	300	30
Total	1.000	100

Penalty Chile (depois)		
Acionista	Ações	(%)
Doce Pasos	700	24
Cambuci S/A	2.217	76
Total	2.917	100

Evento 2 – Constituição de uma empresa da marca Penalty na Espanha

(II.a) evento;

A Companhia constituiu, em 16 de março de 2011, a empresa **Penalty Ibéria S.L.**, com sede na cidade de Madri na Espanha, com o objetivo de dar continuidade à internacionalização da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**(II.b) principais condições do negócio;**

Na constituição da Penalty Ibéria S.L., a empresa começou a atuar na Europa, sendo que o seu capital social, em 31 de março de 2012, era de 443.000,00 (quatrocentos e quarenta e três mil euros).

(II.c) sociedades envolvidas;

Com relação à constituição da Penalty Ibéria S.L., a única sociedade envolvida é a Companhia.

(II.d.) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor;

Com a operação de constituição da Penalty Ibéria S.L., a Companhia passou a possuir 100% das ações da Penalty Ibéria S.L..

(II.e) quadro societário antes e depois da operação:

Penalty Ibéria		
Acionista	Ações	(%)
Cambuci S/A	3.000	100
Total	3.000	100

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de nossa falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos uma das maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Possuímos duas marcas nacionalmente reconhecidas: “Penalty” e “Stadium”, que são comercializadas no setor varejista, através de lojas próprias, e atacadista, para lojas multimarcas. Nossos negócios compreendem: a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; c) comercialização interativa; d) serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros; e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, vendemos 2,5 milhões de pares de calçados, 3,1 milhões de bolas, 2,1 milhões de produtos de confecção, 1,1 milhões de equipamentos e 8,7 milhões de pares de meias, contribuindo para que alcançássemos receita operacional líquida de R\$ 283,3 milhões e um EBITDA de R\$ 37,7 milhões nesse período. No consolidado, a receita líquida de 2013 subiu em relação a 2012 em 3,3% e de 2011 para 2012 nossa receita operacional líquida consolidada caiu 0,5%. Nossas marcas “Penalty” e “Stadium” estão associadas a produtos de alta qualidade. Com 68 anos de experiência, desenvolvemos uma ampla linha de artigos esportivos, com foco em calçados, bolas e meias. A “Penalty”, nossa marca mais estabelecida, foi fundada em 1970 pelos irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, sendo uma das marcas de produtos para a prática de futebol mais consumidas no Brasil. Nos anos 90, a “Penalty” consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas. Adicionalmente, nossa marca “Stadium”, fundada em 2005, assegurou a estratégia de ampliação da nossa presença no universo esportivo brasileiro, complementando nosso extenso portfólio de produtos. Seu conceito busca acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional, apresentando-se como nova opção para aquisição de produtos esportivos pelas classes “C”, “D” e “E”, com excelente relação custo x benefício. Acreditamos que as linhas de produtos oferecidas por nossas marcas se complementam ao atingir seus específicos públicos-alvo, consolidando nossa estratégia de oferecer artigos esportivos que podem ser demandados por diversos nichos de mercado. Nossos produtos são distribuídos por meio de duas lojas próprias, localizadas na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba e lojas multimarcas no Brasil e em cerca de 14 países. No período de 12 meses, encerrado em 31 de dezembro de 2013, 4,7% da nossa receita consolidada bruta de vendas de mercadorias resultaram de nossas lojas próprias e 95,3% resultaram de vendas para nossos clientes multimarcas. Possuímos operações fabris próprias com infra-estrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, contamos com um complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da Bahia, com área total construída de 8.500 m², com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha. e outra unidade industrial, localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia, com área total construída de 18.500 m², onde são produzidas camisas, calções e meias da marca “Penalty”, aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos, ainda, outras 4 fábricas na cidade de Itabuna, Estado da Bahia e nas cidades de, Bayeux, Mari e Itabaiana, no Estado da Paraíba. No exterior contamos com uma unidade fabril no Paraguai, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados e outra na Argentina. Possuímos, ainda, dois centros de distribuição de mercadorias, que, por questões estratégicas, ficam localizados na cidade de Itajuípe (BA) e Bayeux (PB). O processo de fabricação de

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

nossos produtos em fábricas próprias nos permite aproveitar o crescimento do segmento de artigos esportivos no País e nossas lojas próprias contribuem para a aproximação da Companhia junto aos nossos clientes finais, além de permitir que busquemos sempre as melhores práticas, adquirindo *know how* de varejo. Com relação aos nossos canais de distribuição multimarca, nossa presença dá-se por meio de cerca de 5.500 clientes em todos os Estados do País. Por meio de nossos clientes multimarcas aumentamos nossa capilaridade, uma vez que a penetração de nossos produtos é sensivelmente aumentada, com presença em cidades de médio e pequeno portes localizadas em todos os Estados brasileiros. As lojas multimarcas também consolidam a força de nossas marcas e aumentam a nossa relevância, por meio do preenchimento de lacunas de penetração deixadas pelas lojas próprias. A Companhia possui ainda filiais na Argentina, Paraguai, Chile e Espanha, além de licenciar a marca "Penalty" no Japão. Atualmente exporta seus produtos para alguns países na América do Norte, América Latina e Europa. A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta *performance* e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os seus projetos tecnológicos e inovadores, que são condições primordiais para a Companhia prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a industrialização, comercialização, importação, exportação de artigos esportivos. O mix atual de vendas da Companhia demonstra a participação relevante nos segmentos de bolas, calçados e confecção de artigos de vestuário destinados a prática de esportes, sendo a distribuição da seguinte forma:

Segmentos	
Bolas	34,3%
Confecções	24,9%
Calçados	24,4%
Meias	10,2%
Equipamentos	6,2%

Adicionalmente também importamos e exportamos de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e prestamos serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia; e (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Em função de suas atividades, a Companhia está organizada em unidades de negócio denominadas Unidades Estratégicas de Negócio (“UEN”). No Brasil as UENs tem responsabilidade sobre a geração de receitas em sua área de atuação, sendo a gestão administrativa, financeira e *supply* feitas de formam centralizadas para todas as UENs. No exterior, as UENs tem responsabilidade pelo resultado final de cada filial. Os produtos da Companhia estão representados por duas marca (“Penalty” e “Stadium”), que são comercializadas por lojas próprias e lojas multimarcas. A Companhia divide-se em 4 UENs no Brasil, sendo a UEN Penalty responsável pelas receitas da marca “Penalty” no Brasil, a UEN Stadium, responsável pelas receitas da marca “Stadium” no Brasil, a UEN Varejo, responsável pelas lojas próprias no Brasil e a UEN Internacional, responsável pelas vendas no exterior e pelas operações de *back to back*. No exterior temos uma UEN para cada filial (Chile, Argentina e Espanha). Em função da concentração das nossas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, estamos organizados em uma única atividade geradora de caixa e, portanto, em um único segmento passível reporte. A receita líquida da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Alíquotas
7,00% a 18,00%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

Nossos produtos são produzidos em 5 fábricas, localizadas no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Todas as nossas fábricas são dotadas de célula de manufatura, onde os empregados tem maior identidade com o processo de produção, gerando maior satisfação pessoal no desenvolvimento das atividades. Possuímos operações fabris próprias com infra-estrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, em setembro de 2000, inauguramos nosso primeiro complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da BA com área total construída de 8.500 m², com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha. Em fevereiro de 2001, inauguramos a segunda unidade industrial, esta localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia. Com área total construída de 18.500 m², nesta unidade são produzidas camisas, calções e meias da marca “Penalty”, aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional. Possuímos ainda 1 fábrica localizada, na cidades de Bayeux, no Estado da Paraíba. No exterior, contamos com uma unidade fabril no Paraguai, inaugurada em abril de 2008, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados das marcas “Penalty” e “Stadium”, e outra unidade localizada na Argentina. Nossas unidades de fabricação próprias nos permitem gerir todo o processo de produção, da compra de matéria-prima ao preço final do produto além de nos proporcionarem uma redução dos custos de produção, automação e melhoria da qualidade dos nossos produtos. Trabalhamos regularmente para aumentar a eficiência de nossas operações.

Os aumentos de nossa produção, em todas as nossas linhas de fabricação, tem sido alcançados, mediante a realização de investimentos em novos equipamentos, com vistas à modernização da Companhia e, principalmente, ao ganho de produtividade. Inovação e o pioneirismo são nossos pontos focais, resultando no desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, dentre elas: - Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal que oferece a melhor articulação, domínio e ventilação para diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem da melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios. - Linha S11 de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo e society, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro e espanhol. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios. - Meião Kanguru – produto único no segmento

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

- Bola Oficial de Vôlei Pró 7.0 – Exclusiva bola matrizada de 16 gomos certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- Sistema d-Tech – desenvolvido para orientação e auxílio na evolução do vôlei, que detecta com precisão e em tempo real as informações se a bola foi dentro ou fora da quadra, bem como, a velocidade atingida no solo.

Adicionalmente, o lançamento de novas tecnologias para a linha 2013 e 2012, foram as seguintes:- Tecnologia Celeron – projetado com o objetivo de atender as características do futebol brasileiro e de profissionais globais. O solado Celeron é extremamente leve, flexível e resistente. Ideal para jogadores que buscam velocidade, explosão de arranque e segurança de tração.

- Tecnologia Sensor – o exclusivo couro Sensor, genuinamente brasileiro, possui características diferenciadas para a melhor prática do futebol. Tem uma construção mais leve e resistente, com tratamento hidrofugado. Ajuste perfeito aos pés, permitindo passes precisos, chutes certos e conforto máximo no uso.

- Tecnologia Tervis – para garantir um melhor contato entre o pé do jogador e a bola, o exclusivo laminado Tervis foi desenvolvido com uma microfibras altamente resistente e macia, para estender os limites do jogador e fazer a diferença em campo.

- Tecnologia Termotec – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, agora presente nas chuteiras da linha profissional S11 e Max Viento. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- Tecnologia Polipró – meias mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

- Anatomic System / Luvas – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle da bola.
- NEOGEO / Bolas – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.

b) características do processo de distribuição

A distribuição de nossos produtos é realizada pelas lojas próprias e pelas lojas multimarcas, permitindo uma abrangência nacional e internacional e forte capacidade de crescimento de nossas marcas.

Atuamos no varejo, com lojas próprias segmentadas em Outlet, lojas conceito e lojas de Clubes patrocinados pela Companhia. Utilizamos, ainda, de representantes nomeados e executivos de vendas que atuam em regiões comerciais segmentadas por tamanho de mercado e linhas de produtos, atendendo principalmente lojas especializadas, lojas de departamentos e grandes varejistas. A distribuição física dos produtos é feita por transportadoras terceirizadas especializadas no segmento esportivo, contratadas para realizar a entrega de nossos produtos aos nossos clientes multimarcas. Cada região geográfica é atendida primariamente por uma transportadora, não dependemos de nenhuma transportadora específica e temos facilidade na substituição de qualquer uma delas rapidamente. A contratação com as transportadoras não tem caráter de exclusividade.

O nosso modelo de fornecimento de produto engloba apenas a produção em nossas fábricas, próximas aos nossos centros de distribuição, que estão estrategicamente localizados. Possuímos dois centros de distribuição de mercadorias, que ficam localizados na cidade de Itajuípe, Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba, onde nossos produtos são submetidos a controle de qualidade, processamento e armazenamento até o recolhimento pelas transportadoras terceirizadas para entrega. **c) características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e** Os mercados varejista e industrial de artigos esportivos brasileiro são pulverizados, sem a presença de um participante no setor com grande representatividade no mercado. **(ii) condições de competição nos mercados** O varejo de materiais esportivos mostra-se cada vez mais concentrado, grandes players centralizando suas compras, consequentemente construindo o cenário das marcas locais. Clientes como Centauro, Netshoes e Paquetá representam mais 60% das vendas de marcas como Nike e Adidas. Temos trabalhado o mercado fortemente no tocante a distribuição, positivamente e busca por novos clientes, porém, temos que saber trabalhar o *mix*

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e volume nestes clientes representativos porque eles são os que crescem ano a ano frente a canibalização de clientes pequenos regionalmente. Por fim, o mercado mostrasse cada vez mais restrito no tocante a escolha\posicionamento de marcas. A dificuldade de giro e condição de cenário recessivo em algumas praças faz com que clientes não apostem mais em várias marcas, optando por aquelas que apresentam melhor oferta de produtos e maior relevância comercial e de marketing. Continuamos, conseguindo nos estabelecer em clientes, eliminando o interesse dos mesmos em manter marcas como Topper ou Umbro. Em clientes onde a escolha por futebol acontece apenas por 3 marcas, sempre estamos ao lado de Nilke e Adidas. **d) eventual sazonalidade** Não há uma sazonalidade identificada em consumo, o que há é uma sazonalidade de compras criada pelo *trade*. Ele aposta o início de ano em compras de oportunidade, fora de linha, queimas de estoque, inicia sua apresentação de produtos regulares em março, segue o ano acompanhando giro e volumes e retrai suas compras em novembro, procurando atacar os estoques em dezembro, sem grandes reposições que comprometam seu fechamento\balanço, repondo apenas o essencial. **e) principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;** Temos como principais insumos e matérias primas utilizados nos processos de fabricação de nossos produtos fios têxteis; adesivos; tecidos; papel para termotransferência; transfer's; borracha natural; látex; embalagens de papel ondulado e micro ondulado. **(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;** e O fornecimento dos insumos e matérias primas dos quais necessitamos é realizado de forma pulverizada, no entanto, momentaneamente temos uma única dependência que se refere ao papel para termotransferência, em razão de especificações técnicas diferenciadas. **(iii) eventual volatilidade em seus preços.** Dentre os principais insumos existe uma relativa volatilidade nos preços de borrachas e látex em razão da entre safra, por se tratarem de produtos naturais.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum de nossos clientes, individualmente, concentra participação superior a 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, a Política Nacional do Meio Ambiente estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, em regra, o órgão estadual é responsável pela emissão de licenças ambientais, bem como determina as condições, restrições, medidas de controle pertinentes às atividades desenvolvidas. A ausência de licenças ambientais caracteriza infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperação e indenização por eventuais danos causados pela atividade. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa. No âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica que é contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática de crime ambiental. Nossas unidades de produção possuem licenças de operação válidas, emitidas pelo órgão ambiental competente para as atividades de fabricação de artigos esportivos. A obtenção e renovação periódica de licenças concedidas por autoridades locais (licenças municipais), corpo de bombeiros e alvará sanitário (para as instalações de refeitório e enfermaria) também se faz necessária para o exercício de nossas atividades. Temos obtido tais licenças sem maiores dificuldades.

b) Política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A responsabilidade socioambiental é um dos nossos valores organizacionais e está totalmente ligada ao nosso negócio. Buscamos conciliar nossas atividades produtivas com a conservação dos recursos naturais, mediante a adoção de programas e práticas internas que visam a melhoria contínua dos processos e a qualidade de vida de nossos colaboradores. A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras sob pena de responsabilização administrativa, criminal e civil. Adotamos as seguintes práticas de controle preventivo:

- **Educação e Conscientização Ambiental** - busca incentivar alterações no estilo de vida e a mudança de comportamento individual de nossos colaboradores e comunidade, pois acreditamos que somente com esforço coletivo para reflexão e mudanças no dia-a-dia é que poderemos caminhar, de fato, rumo à sustentabilidade. No ano de 2013, a empresa promoveu a **Semana da Conscientização Ambiental**, que teve como objetivo gerar reflexão sobre o impacto ambiental, fortalecer as informações e conhecimentos sobre educação ambiental, coleta de resíduos, reciclagem do lixo e gerar debates sobre o meio ambiente a sustentabilidade. O evento, que teve participação direta de 630 pessoas, aconteceu no mês de outubro de 2013, na unidade fabril da Paraíba e contou com exposições de vídeos, palestras, oficinas com materiais recicláveis, entre outras atividades.

- **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)**

Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2013, em média 75% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados, conforme gráfico a seguir:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Fonte: PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das Unidades de Bolas/Confecções/Meias/Calçados

- **Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental** – O Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a desinstitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.
- **Reuso de água do processo de serigrafia** - Nosso foco é a ecoeficiência. Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2013, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou 624m³.
- **Combustível Biodegradável** – Utilizamos ainda combustível biodegradável – biomassa de casca de castanha de caju e dendê - na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2013 foram utilizadas 1.680 toneladas. Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias, na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.
- **Outras práticas sócio ambientais:**
 - Tratamento da água do lavador de gases nas unidades fabris;
 - Análise do CONAMA da água da estação de tratamento de esgoto;
 - Monitoramento de lançamento de efluentes;
 - Incineração das estopas sujas de óleo, tintas e graxas;
 - Monitoramento do corpo hídrico em dois pontos, 10 metros a montante e 10 metros a jusante do ponto de lançamentos do efluente,
 - Monitoramentos ambientais dos postos de trabalhos, a fim de controlar as emissões fugitivas para o meio ambiente.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado, passível de renovações. Durante o processo de registro o depositante da marca detém apenas a expectativa de direito.

Atualmente, somos titulares de direitos sobre as marcas “Penalty” e “Stadium” no Brasil e em diversos países, as quais abrangem os serviços e produtos relativos à nossa linha de negócio.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Administramos nossas marcas de forma que haja a preservação da referência e de valor dos nossos produtos, visto que somos dependentes de nossas marcas.

Possuímos alto grau de dependência de nossa marca "Penalty", uma vez que tal marca foi, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, responsável por 86% da nossa receita bruta de vendas. Em menor grau, somos também dependentes de nossa outra marca "Stadium", que representa o restante de nossa receita.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2013, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado interno totalizou R\$ 291.165 mil, representando 86,3% do montante faturado no período.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia País R\$(mil) %

País	R\$(mil)	%
Argentina	41.293	12,2%
Espanha	3.288	1,0%
Outros	1.626	0,5%
Total	46.207	13,70%

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2013, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R\$ 46.207 mil representando 13,7 % do montante faturado no período.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não estamos sujeitos à regulação de países estrangeiros de onde obtemos receitas relevantes e que influenciem nossos negócios.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

A Companhia não possui relações de longo prazo não expressamente mencionadas em outros itens deste Formulário de Referência, que julgue como importantes para a compreensão de outras atividades por ela desenvolvidas.

A Companhia elabora e divulga balanço social, que está disponível no endereço eletrônico na rede mundial de computadores da CVM e da Companhia, podendo ser acessado através do link:

http://investidores.cambuci.com.br/site/index.php?acao=arquivo&pagina_id=65&id_pai=1&id_filho=69

Informamos que esta Cia. não participará do “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”, tendo em vista que a empresa divulga o seu Balanço Social no endereço eletrônico acima mencionado.

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrever o grupo econômico em que se insere o emissor, indicando:

a) controladores diretos e indiretos

Nossos acionistas controladores diretos são Três Marias Incorporações e Construções Ltda., Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho. A tabela abaixo indica as participações dos referidos acionistas:

Acionista	Ações		
	Preferenciais	Ordinárias	(%) do Capital Social
Três Marias Incorporações e Construções Ltda.	-	2.337.432	06,06%
Roberto Estefano	4.499.679	4.662.648	23,76%
Eduardo Estefano Filho	3.516.837	2.334.684	15,17%

Nosso acionista controlador indiretos é Eduardo Estefano Filho. A tabela abaixo indica as participações dos referidos acionistas na sociedade Três Marias Incorporações e Construções Ltda.:

Sócios	Quotas	(%) Quotas
Eduardo Estefano Filho	1.381.332	100%
Total	1.381.332	100%

Para mais informações sobre Três Marias Incorporações e Construções Ltda., Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho, vide item 15.1 deste Formulário de Referência.

b) controladas e coligadas

Até a presente data, detemos participação societária nas seguintes sociedades: Latinline S/A, Impar Sports Ltda., Penalty Argentina S/A, Cambuci Trust S/A, Penalty Chile, Impar Paraguay, Cambuci Importadora Ltda., Era Sports Ltda. E Penalty Ibéria S.L.

c) participações do emissor em sociedades do grupo Sociedade Participações em % (2013)

Sociedade	Participação em % (2013)
LatinlineTrade S/A	100
Impar Sports Ltda	98
Penalty Argentina S/A	95
Cambuci Trust S/A	81
Penalty Chile	76
Impar Paraguay	96,7
Cambuci Importadora Ltda.	99,99
Era Sports Ltda.	99,99
Penalty Ibéria S.L.	100

d) participações de sociedades do grupo no emissor

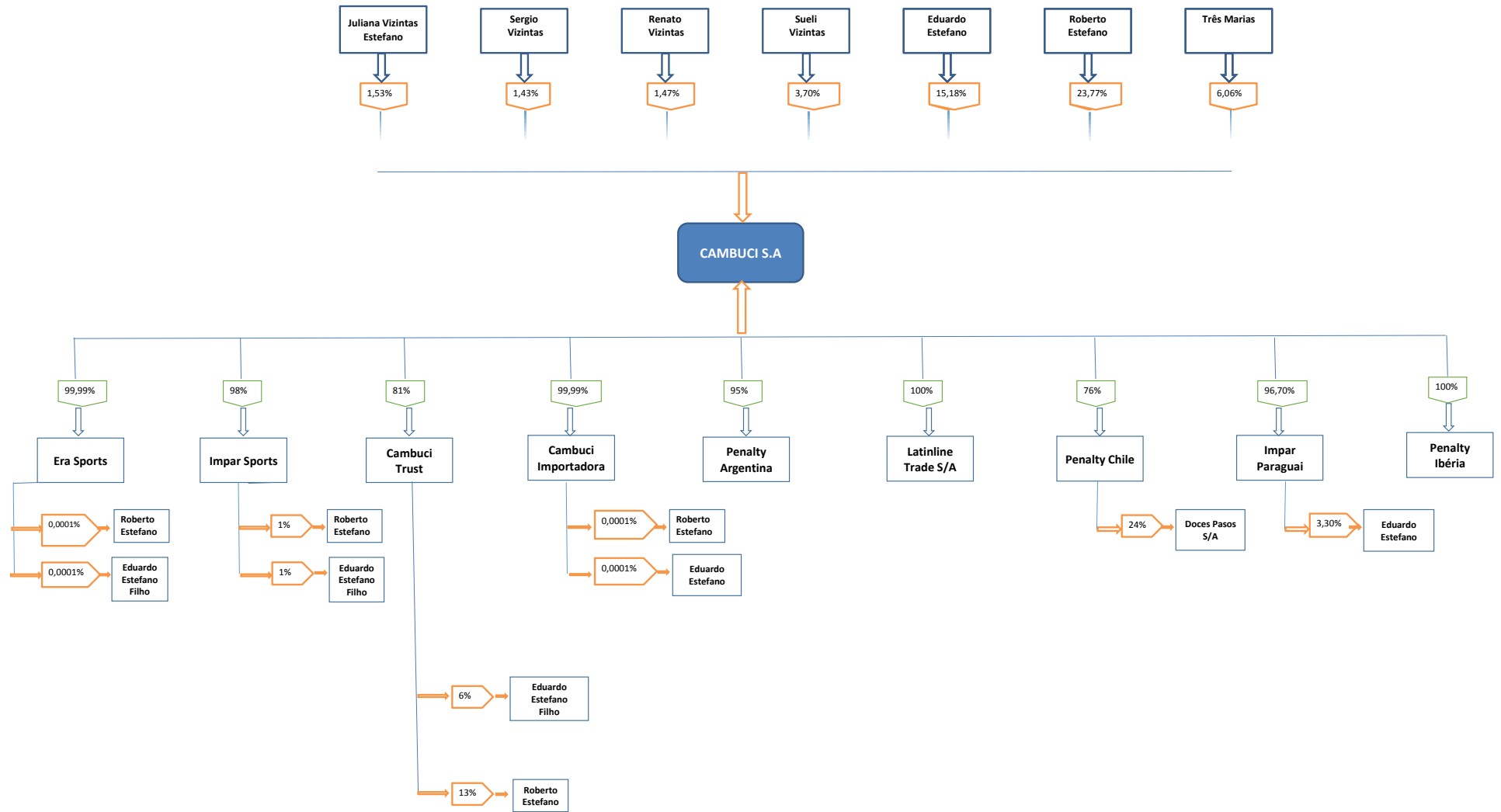
Formatado: Esquerda: 1,23 cm, Direita: 0,53 cm, Superior: 3,53 cm, Largura: 21 cm, Altura: 29,7 cm

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Nenhuma outra sociedade do grupo detém participação em nosso capital social.

e) sociedades sob controle comum

Não possuímos sociedades sob controle comum.



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	31/12/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	nao há
Descrição da operação	nao há

Data da operação	31/12/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	nao há
Descrição da operação	nao há

Data da operação	16/03/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Constituição
Descrição da operação	Em 16 de março de 2011, a Cambuci S/A constitui a empresa Penalty Ibéria S.L., com sede na cidade de Madri na Espanha. O capital social inicial era de 3.000,00 Euros, sendo que 31 de março de 2012 era de 443.000,00 Euros.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que julguemos relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades que não estejam indicados nos itens 9.1 (a) a 9.1 (c) abaixo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Brasil	SP	São Roque	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itabuna	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itajuípe	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Penalty	Nacional e Internacional	indeterminado	inexistente	inexistente
Marcas	Stadium	Nacional - Internacional	indeterminado	inexistente	inexistente

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Comércio de artigos destinados a pratica de esportes	99,990000
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	-8.478.770,49		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
ERA SPORTS LTDA.	00.011.241/0001-36	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio, importação e exportação de artigos esportivos	99,990000
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	29.463.633,79		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Impar Paraguay	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Paraguai		Hernandarias	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	96,700000
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	3.728.146,91		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Industrialização, comercialização atacadista, varejista e interativa, e representação de artigos esportivos	98,000000
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado				
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	-19.268.112,68		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)	
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos									
Latinline Trade S/A	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Uruguai		Montevideo	Administração de investimentos e operações no exterior	100,000000	
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	3.346.532,94			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos									
Penalty Argentina	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Argentina		Buenos Aires	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	95,000000	
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	3.396.199,90			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos									
Penalty Chile	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Chile		Santiago	Comercialização de artigos esportivos	76,000000	
31/03/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor mercado					
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2013	1.369.307,29			
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00						
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00						
Razões para aquisição e manutenção de tal participação									
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos									
Penatly Iberia L.C	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Espanha		Madri	Comercio, Importação, Exportação, Revenda e Representação de Materiais Esportivos	100,000000	

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/03/2014	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2013	-2.641.497,48	
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu plano de crescimento e desenvolvimento sustentável, cumprindo com todas as suas obrigações, agindo pro ativamente em busca das melhores oportunidades.

No cenário macroeconômico, o Brasil enfrentou grandes desafios com pouca flexibilidade para retomar o ritmo de crescimento esperado da economia em 2013.

O cenário interno de inflação nos últimos doze meses terminou em 5.91%, o crescimento da China permanecendo igual ao ano anterior e incertezas quanto a recuperação europeia, reduziu as perspectivas favoráveis para o Brasil. Além disso, com um cenário de deterioração das contas públicas, o Brasil terminou o ano com menor poder de reação para contra atacar os efeitos do baixo crescimento, comparado com outros países emergentes.

No último trimestre de 2013, a categoria de materiais esportivos apresentou melhoria de desempenho em todos os seguimentos comparado com o ano anterior, mas ainda abaixo do seu real potencial. Os segmentos de confecção, bolas, meias e equipamentos esportivos mantiveram desempenho positivo, enquanto o segmento calçados vem mostrando recuperação gradativa. Mesmo assim, o desempenho da categoria de materiais esportivos ainda apresentou crescimento tímido em relação à expectativa do setor. Crescemos em volume de vendas em alguns segmentos, porém, sem atingir os mesmos faturamentos de ciclos anteriores devido ao deslocamento dos preços.

O cenário de desvalorização do dólar fechou o ano pressionando o custo dos produtos importados, implicando em tendência de realinhamento de preços favorecendo os produtos de fabricação nacional, onde a Companhia tem um posicionamento estratégico bem competitivo em termos fabril e de distribuição. Apesar do cenário econômico ainda desafiador e um ambiente extremamente competitivo, as vendas líquidas do ano apresentaram crescimentos não expressivos, apenas de 3,32% (Consolidado), quando comparadas com 2012.

O elevado endividamento e a inflação alta está levando os consumidores brasileiros reduzir a propensão a consumo em segmentos de categoria de bens não duráveis, onde atuamos.

Toda estrutura de custos e despesas foram revisadas, o que nos levou a intensificar corte de gastos, revisão de processos e reestruturações internas. A Companhia está conseguindo atingir seu principal objetivo de maior agilidade e competitividade, para rapidamente retomarmos o crescimento e a lucratividade, com a expectativa de visualizar os resultados já a partir do primeiro trimestre de 2014.

O Ebitda do 1T de 2014 totalizou R\$ 9 milhões contra R\$ 37,7 milhões de 2013, representando uma queda de 76%. A margem Ebitda ficou em 13,7% em 2014 contra 13,3% em 2013.

O Ebitda do ano de 2013 totalizou R\$ 37,7 milhões contra R\$ -1,3 milhão de 2012, representando uma queda de -2.951%. A margem Ebitda ficou em 13,3% em 2013 contra -0,5% em 2012.

O Ebitda em 2012 totalizou R\$ -1,3 milhão contra R\$ 26,6 milhões de 2011, representando uma queda de -1.946%. A margem Ebitda ficou em -0,5% em 2012 contra 11,23% em 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os principais indicadores financeiros da Companhia encontram-se na tabela abaixo:

Indicadores Financeiros	1T 2014	2013	2012	2011
Índices de Liquidez				
Liquidez corrente	1,3	1,38	1,69	1,8
Liquidez geral	1,07	1,07	1,06	0,9
Liquidez imediata	0,13	0,18	0,21	0,1
Índices de endividamento				
Índices de endividamento	93%	93%	94%	83%
Participação das dívidas de curto prazo no endividamento total	56%	52%	47%	50%
Índices de rentabilidade				
Margem Bruta	45%	41%	41%	44%
Margem ebitida	13,70%	13,30%	-0,50%	9,60%
Retorno sobre o patrimônio Líquido	3%	2%	-196%	17%
Retorno sobre ativo	0,19%	0,12%	-11%	3%

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

	1 T 2014	2013	2012	2011	Variação		
					1T2014/2013	2013/2012	2012/2011
Empréstimos de curto prazo	96.772	91.064	79.387	66.810	5.708	11.677	12.577
Empréstimos de longo prazo	64.644	72.608	78.599	54.205	- 7.964	- 5.991	24.394
Total de empréstimos	161.416	163.672	157.986	121.015	- 2.256	5.686	36.971
(-) caixa	18.229	23.370	23.276	15.270	- 5.141	94	8.006
(=) posição financeira líquida	143.187	140.302	134.710	105.745	2.885	5.592	28.965
Patrimônio líquido	17.854	17.785	14.123	40.483	69	3.662	- 26.360
Garantia de capital de terceiros GT	7%	7%	6%	21%	0%	1%	-15%
Rentabilidade do Capital Próprio (PL) ou taxa de retorno sobre o PL	3%	2%	196%	17%	1%	-194%	179%

A companhia busca diversificar suas fontes de financiamento, obtendo recursos no mercado financeiro, por meio de capital de giro e operações estruturadas. O detalhamento dos empréstimos e financiamentos encontra-se no quadro da letra "f".

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações, além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes aos seus compromissos financeiros, bem como mantido a assiduidade no pagamento desses compromissos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial 2013, até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado				Total
	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante					
Fornecedores	15.881				15.881
Empréstimos e financiamentos	86.505				86.505
Debêntures	4.559				4.559
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		47.709	13.103	8.073	68.885
Debêntures		3.723			3.723
Em 31 de dezembro de 2013	106.945	51.432	13.103	8.073	179.553

(i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

As necessidades de financiamento da Companhia são atendidas por meio da utilização dos instrumentos clássicos de captação, em especial por financiamentos junto a diversas instituições brasileiras e internacionais. Entre suas diversas fontes de financiamento estão BNDES, Finimp, operações de créditos mercantis (leasing) e empréstimos de capital de giro. O bom relacionamento que a Companhia tem mantido com algumas instituições financeiras e sua transparência junto ao mercado tem garantido a oferta de crédito em patamares adequados no que toca preço e prazo.

Nos anos de 2013, 2012 a principal fonte de financiamento da Companhia foi o capital de giro. Em 2012, a Companhia optou por aumentar o volume de importações e em razão disso, houve a necessidade de aumentar a utilização das linhas de FINIMP.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável, pois nossos Diretores acreditam que a geração de caixa operacional é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações. As deficiências de liquidez, caso ocorram, serão cobertas com através de caixa e equivalentes de caixa, que ao final de 2013 representavam R\$ 23.370. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com obrigações vincendas no curto prazo ou qualquer

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

outra deficiência de liquidez, a Companhia poderá também contar com linhas de crédito contratadas com bancos de primeira linha.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes. (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro dos anos de 2011, 2012 e 2013, o endividamento apresentava a seguinte composição:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Encargos Financeiros Médios	Consolidado		
		2013	2012	2011
Em moeda corrente - R\$				
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	52.715	30.559	37.678
Capital de giro	Fixo 18% a.a.	14.684	12.228	
BNDDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	34.180	37.295	25.696
Desenhahia - BNDDES (a)	TJLP	19.409	21.350	23.242
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	524	228	2.557
Barclays (c)	0%	656	2.297	4.992
Leasing	1,04% a 1,24%	313	318	-
BDMG	IPCA + 6% a.a.	2.371	3.178	2.807
		<u>124.852</u>	<u>107.453</u>	<u>96.972</u>
Em moeda estrangeira - US\$				
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	9.129	15.475	1.013
Capital de giro	90% da CDI (principal dolar, juros reais)	8.818	9.347	9379
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.	12.591	14.368	-
		<u>30.538</u>	<u>39.190</u>	<u>10.392</u>
		<u>155.390</u>	<u>146.643</u>	<u>107.364</u>
Passivo circulante		86.505	75.411	63.300
Passivo não circulante		68.885	71.232	44.064

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento das dividas referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013.

	Consolidado		
	2013	2012	2011
2013	-	75.411	18.304
2014	86.505	27.308	44.064
2015	27.086	17.800	24.742
2016	20.624	8.628	2.758
2017	9.056	2.759	2.759
2018	2.029	2.644	2.644
2019	2.018	2.529	2.529
2020	2.018	2.415	2.415
2021 em diante	6.054	7.149	7.149
Total	<u>155.390</u>	<u>146.643</u>	<u>107.364</u>

i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Desenhahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida, no valor de R\$ 21.350 mil, em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$ 19.409 (controladora e consolidado) corresponde a 120 parcelas e encontra-se adimplente.

(b) Operações em moeda estrangeira

Em junho de 1999, a Companhia assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812 mil. Esta operação foi renegociada e deixou de ser indexada na moeda, sendo revisadas também as proporções das garantias, onde, uma parte foi liberada e, outra parte das garantias que já recaiam sobre os bens imóveis foi mantida, no montante equivalente ao saldo devedor. Em dezembro de 2012, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 2.297 mil, que será pago em 14 parcelas de R\$ 164 mil, sem juros, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 20 de março de 2013.

(c) Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>Consolidado</u>		<u>2011</u>
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	<u>8.282</u>	<u>11.343</u>	<u>13.651</u>
Passivo circulante		4.559	3.976	3.510
Passivo não circulante		<u>3.723</u>	<u>7.367</u>	<u>10.141</u>
		8.282	11.343	13.651

	<u>Vencimentos</u>	<u>Consolidado</u>		<u>2011</u>
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	
2013				3.510
2014		-	3.976	3.510
2015		<u>3.723</u>	<u>3.391</u>	<u>3.121</u>
Total		<u>3.723</u>	<u>7.367</u>	<u>10.141</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, autos nº 000.02.000156-8, e à respectiva ação ordinária declaratória, a Companhia pagará à Postalis, com a anuência expressa da Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda, o valor de R\$ 18.480, que passa a ser o valor devido enquanto a Companhia estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 mil no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077 mil, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 mil relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontra-se adimplente com a atual operação. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais.

ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas atuais da Companhia. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia citados nos itens acima possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

Não temos qualquer restrição ou previsão de alguma alienação de ativos, exceto aqueles dados em garantia para obtenção de financiamentos, ou emissão de novos valores mobiliários ou alienação de controle societário.

g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro 2011, a Companhia estava utilizando 63% (sessenta e três por cento) do limite de utilização de financiamentos contratados junto a Instituições Financeiras. Em 2012 este percentual

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

correspondia a 68% (sessenta e oito por cento), enquanto que em 2013 correspondia a 71% (setenta e um por cento), aproximadamente.

Todos os contratos possuem garantias suportadas por duplicatas mercantis e bens do ativo imobilizado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para as demonstrações financeiras consolidadas as mesmas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

A análise horizontal e vertical das variações significativas em contas patrimoniais encontra-se a seguir:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise de nossos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro:

	31.12.2011	A.V.%(1)	31.12.2012	A.V.%(1)	31.12.2013	A.V.%(1)	Variação		Variação	
							2012/2011	A.H.%(2)	2013/2012	A.H.%(2)
(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)										
Ativo circulante										
Caixa e equivalente de caixa	15.270	6,5%	23.276	9,5%	23.370	8,7%	8.006	52,4%	94	0,4%
Contas a receber de clientes	69.940	29,9%	59.370	24,2%	68.640	25,5%	(10.570)	-15,1%	9.270	15,6%
Estoques	64.197	27,5%	75.837	30,9%	57.920	21,5%	11.640	18,1%	(17.917)	-23,6%
Tributos a recuperar	3.603	1,5%	5.791	2,4%	6.275	2,3%	2.188	60,7%	484	8,4%
Despesas Pagas Antecipadamente	3.364	1,4%	1.851	0,8%	5.787	2,1%	(1.513)	-45,0%	3.936	212,6%
Outros créditos	13.146	5,6%	17.537	7,1%	18.526	6,9%	4.391	33,4%	989	5,6%
Total do ativo circulante	169.520	72,5%	183.662	74,8%	180.518	67,0%	14.142	8,3%	(3.144)	-1,7%
Ativo não circulante										
Aplicações financeiras	-	0,0%	500	0,2%	546	0,2%	500	0,0%	46	9,2%
Partes relacionadas	-	0,0%	381	0,2%	-	-	381	0,0%	(381)	-100,0%
Depósitos judiciais	1.740	0,7%	2.284	0,9%	2.869	1,1%	544	31,3%	585	25,6%
Tributos a recuperar	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Demais contas a receber	3.190	1,4%	1.753	0,7%	544	0,2%	(1.437)	-45,0%	(1.209)	-69,0%
Despesas pagas antecipadamente	-	0,0%	-	0,0%	4.934	1,8%	-	0,0%	4.934	0,0%
Outros investimentos	1.115	0,5%	1.129	0,5%	1.147	0,4%	14	1,3%	18	1,6%
Imobilizado	52.636	22,5%	48.632	19,8%	71.804	26,7%	(4.004)	-7,6%	23.172	47,6%
Intangível	5.664	2,4%	7.207	2,9%	7.008	2,6%	1.543	27,2%	(199)	-2,8%
Total do ativo não circulante	64.345	27,5%	61.886	25,2%	88.852	33,0%	(2.459)	-3,8%	26.966	43,6%
Total do ativo	233.865	100,0%	245.548	100,0%	269.370	100,0%	11.683	5,0%	23.822	9,7%
Passivo circulante										
Fornecedores	15.200	7,9%	14.005	6,1%	15.881	6,3%	(1.195)	-7,9%	1.876	13,4%
Empréstimos e financiamentos	66.810	34,5%	75.411	32,6%	86.505	34,4%	8.601	12,9%	11.094	14,7%
Debêntures	-	0,0%	3.976	1,7%	4.559	1,8%	3.976	-	583	14,7%
Salários e encargos sociais	6.008	3,1%	5.050	2,2%	5.856	2,3%	(958)	-15,9%	806	16,0%
Tributos a recolher	5.014	2,6%	5.847	2,5%	9.282	3,7%	833	16,6%	3.435	58,7%
Dividendos a pagar	-	-	1.597	0,7%	-	0,0%	1.597	-	(1.597)	-100,0%
Demais contas a pagar	3.221	1,7%	2.932	1,3%	8.654	3,4%	(289)	-9,0%	5.722	195,2%
Total do passivo circulante	96.253	49,8%	108.818	47,0%	130.737	52,0%	12.565	13,1%	21.919	20,1%
Passivo não circulante										
Empréstimos e financiamentos	44.064	22,8%	71.232	30,8%	68.885	27,4%	27.168	61,7%	(2.347)	-3,3%
Debêntures	10.141	5,2%	7.367	3,2%	3.723	1,5%	(2.774)	-27,4%	(3.644)	-49,5%
Tributos a recolher	39.978	20,7%	40.913	17,7%	41.965	16,7%	935	2,3%	1.052	2,6%
Provisão para contingências	2.946	1,5%	3.095	1,3%	2.708	1,1%	149	5,1%	(387)	-12,5%
Demais contas a pagar	-	0,0%	-	0,0%	3.567	1,4%	-	0,0%	3.567	0,0%
Total do passivo não circulante	97.129	50,2%	122.607	53,0%	120.848	48,0%	25.478	26,2%	(1.759)	-1,4%
Total do passivo	193.382	100,0%	231.425	100,0%	251.585	100,0%	38.043	19,7%	20.160	8,7%
Patrimônio líquido										
Capital social	32.340	79,9%	32.340	229,0%	35.636	200,4%	-	0,0%	3.296	10,2%
Reserva de capital	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Reserva Legal	336	0,8%	-	0,0%	-	0,0%	(336)	-100,0%	-	0,0%
Reserva de lucro a realizar	4.790	11,8%	-	0,0%	-	0,0%	(4.790)	-100,0%	-	0,0%
Reserva de incentivos fiscais	2.289	5,7%	-	0,0%	-	0,0%	(2.289)	-100,0%	-	0,0%
Ajustes Acumulados de Conversão	559	1,4%	1.757	12,4%	360	2,0%	1.198	214,3%	(1.397)	-79,5%
Prejuízos Acumulados	-	0,0%	(20.200)	-143,0%	(18.272)	-102,7%	(20.200)	0,0%	1.928	-9,5%
Participação dos acionistas não controladores em controladas	169	0,4%	226	1,6%	61	0,3%	57	33,7%	(165)	-73,0%
Total do patrimônio líquido	40.483	100,0%	14.123	100,0%	17.785	100,0%	(26.360)	-65,1%	3.662	25,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	233.865		245.548		269.370		11.683		23.822	

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas substancialmente por caixa, bancos contas correntes e depósitos bancários sem a incidência de juros. No período de 2011 a 2012, a variação positiva tem se mantido em torno de R\$ 8 milhões. Em 2013 a variação tem se mantido em relação a 2012 em torno de R\$ 90 mil.

Estoques

O aumento nos saldos finais a dos estoques, na comparação dos exercícios de 2011 e 2012, deve-se à retração do mercado consumidor de nossos produtos, combinada com o aumento do custo médio de produção do último trimestre de 2012 e de 2011, resultando em estoques com preços médios elevados. Em 2013 houve uma redução de R\$ 17 milhões devido ao crescimento nas vendas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros créditos

As variações dos saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, nos exercícios de 2012 e 2011, correspondem substancialmente aos seguintes adiantamentos: fornecedores; despachante; viagens; férias; patrocínios em clubes; e outras contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos correspondem substancialmente a ação transitada em julgado da Eletrobrás, no montante de R\$ 2,4 milhões.

Imobilizado

A variação negativa observada de 2012 para 2011 deu-se em razão da depreciação do imobilizado, sem terem sido realizadas aquisições relevantes no período. A Administração da Companhia realizou, ao final de 2011, a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, resultando em redução da taxa de depreciação de todos os seus equipamentos, com reflexos a partir de 01 de janeiro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia integralizou capital em sua controlada ERA Sports Artigos Esportivos Ltda, no montante de R\$ 30.000, mediante a conferência em bem imóvel, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2013. O referido imóvel estava registrado no ativo imobilizado pelo custo histórico de R\$ 7.917 e baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, para a data base de 31 de dezembro de 2013, foi avaliado a valor de mercado pelo valor de R\$ 30.000, resultando em ganho no valor de R\$ 22.083 que foi reconhecido na demonstração do resultado na rubrica "outras receitas/despesas operacionais", na data da transação.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

A variação consolidada ocorrida nos períodos entre 2011 a 2013, corresponde a financiamentos em investimentos, necessidade de capital de giro e reestruturação administrativa da Companhia.

Demais contas a pagar

Os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a comissões a pagar.

A análise horizontal e vertical das variações significativas na demonstração do resultado do exercício encontra-se a seguir:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstração do resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro.

	31.12.2011		31.12.2012		31.12.2013		Variação		Variação	
	A.V.%(1)		A.V.%(1)		A.V.%(1)		2012/2011	A.H.%(2)	2013/2012	A.H.%(2)
	(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)									
Receita Operacional Líquida	275.528	100,0%	274.172	100,0%	283.287	100,0%	(1.356)	-0,5%	9.115	3,3%
Custos dos produtos e serviços vendidos	(155.669)	-56,5%	(161.496)	-58,9%	(167.655)	-59,2%	(5.827)	-3,7%	(6.159)	-3,8%
Lucro bruto	119.859	156,5%	112.676	41,1%	115.632	40,8%	(7.183)	-6,0%	2.956	2,6%
Receitas (despesas) Operacionais										
Comerciais	(76.031)	-27,6%	(83.029)	-30,3%	(97.937)	-34,6%	(6.998)	-9,2%	(14.908)	-18,0%
Administrativas e gerais	(25.835)	-9,4%	(44.711)	-16,3%	(28.976)	-10,2%	(18.876)	-73,1%	15.735	-35,2%
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	2.421	0,9%	6.831	2,5%	39.077	13,8%	4.410	182,2%	32.246	472,1%
	(99.445)	-36,1%	(120.909)	-44,1%	(87.836)	-31,0%	(21.464)	21,6%	33.073	-27,4%
Lucro antes do resultado financeiro	20.414	7,4%	(8.233)	-3,0%	27.796	9,8%	(28.647)	-140,3%	36.029	-437,6%
Resultado financeiro										
Despesas financeiras	(23.093)	-8,4%	(36.940)	-13,5%	(36.699)	-13,0%	(13.847)	60,0%	241	-0,7%
Receitas financeiras	8.967	3,3%	17.355	6,3%	9.167	3,2%	8.388	93,5%	(8.188)	-47,2%
	(14.126)	-5,1%	(19.585)	-7,1%	(27.532)	-9,7%	(5.459)	38,6%	(7.947)	40,6%
Lucro antes do Imposto de renda e CSL	6.288	2,3%	(27.818)	-10,1%	264	0,1%	(34.106)	-542,4%	28.082	-100,9%
Imposto de renda e CSL	271	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	(271)	-100,0%	-	-
Atribuíveis aos acionistas não controladores	164	0,1%	203	0,1%	67	0,0%	39	23,8%	(136)	-67,0%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	6.723	2,4%	(27.615)	-10,1%	331	0,1%	(34.377)	-510,8%	28.082	-101,2%
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$	0,1819		(0,0007472)		0,000086			-100,4%		-111,5%

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita operacional líquida no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos.

Receita bruta de venda de mercadorias e serviços

	31.12.2011		31.12.2012		31.12.2013		Variação		Variação	
	A.V.%(1)		A.V.%(1)		A.V.%(1)		2012/2011	A.H.%(2)	2013/2012	A.H.%(2)
	(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)									
Mercado Interno e Externo	334.372	100,0%	332.824	100,0%	337.372	100,0%	(1.548)	-0,5%	4.548	1,4%
Mercado interno	276.616	82,7%	261.176	78,5%	291.165	86,3%	(15.440)	-5,6%	29.989	11,5%
Mercado externo	57.756	17,3%	71.648	21,5%	46.207	13,7%	13.892	24,1%	(25.441)	-35,5%

Descrições das principais contas da Demonstração do Resultado consolidado

Receita

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa.

A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020.

O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social na rubrica impostos sobre vendas, no grupo de deduções de vendas de 2012 foi de R\$ 22.927 mil. No exercício social encerrado em 2011, a subvenção foi de R\$ 23.367 mil. No exercício social encerrado em 2013, a subvenção foi de R\$ 27.732 mil.

A Receita Líquida em 2011 apresentou um decréscimo de 0,5%, passando de R\$ 275,5 milhões em 2012 para R\$ 274,1 milhões.

Já no ano de 2013, apresentou um aumento da receita líquida da Companhia, passando de R\$ 274,1 milhões para R\$ 283,3 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas com vendas e administrativas

O aumento das despesas com vendas se deve ao forte investimento realizado pela Companhia em mídia e propaganda, o que vem ocorrendo e de forma intensificada nos três últimos exercícios.

O aumento das despesas administrativas de 2011 para 2012 foi de R\$ 3,4 milhões, esse aumento é proveniente da reestruturação da área de *supply*.

A Companhia em 2013 aplicou em programas de redução de despesas no valor de R\$ 15,7 milhões, cujos resultados foram colhidos no decorrer do exercício.

Receitas / despesas financeiras

Em 2012 as receitas financeiras totalizaram R\$ 17,3 milhões contra R\$ 9,0 milhões em 2011, representando uma variação positiva de R\$ 8,4 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da atualização monetária ativa de processos tributários, com trânsito em julgado, reconhecidos pela controlada Cambuci Importadora Ltda.

Em 2013 houve uma redução de R\$ 8,1 milhões em relação ao ano de 2012.

Por outro lado, as despesas financeiras aumentaram em R\$ 13,8 milhões, passando para R\$ 36,9 milhões em 2012 (R\$ 23,0 milhões, em 2011). Os principais fatores dessa variação são o efeito dos juros sobre os empréstimos para capital de giro, captados para a melhoria do processo produtivo, variação cambial sobre fornecedores do exterior e empréstimos bancários e atualização monetária passiva de processos tributários também reconhecidos pela referida controlada.

Em 2013 as despesas financeiras se mantiveram em relação a 2012.

Outras receitas / despesas operacionais.

Em 2012, essa rubrica registrou o valor de R\$ 6.831 contra R\$ 2.421 no ano de 2011, representando um acréscimo em receita em relação as despesas, de R\$ 4.410, o qual decorreu substancialmente, de vendas de matéria-prima e resíduos, venda de bens do ativo imobilizado e créditos extemporâneo de PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais valores que compõem essa rubrica correspondem a:

- (i) Ganho gerado na capitalização do imóvel na sua controlada ERA, no montante de R\$ 22.083;
- (ii) o montante de R\$ 7.041 referente ao principal, juros e correção monetária, proveniente de acordo firmado com instituição financeira para por fim à Ação Indenizatória movida pela Companhia.
- (iii) o montante de R\$ 2.421 referente ao principal, juros e correção monetária, proveniente do trânsito em julgado de decisão judicial favorável, em tramite da Justiça Federal de Porto Alegre – RS, movido contra Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
- (iv) Outros, no montante de R\$ 5.442, estão distribuídos entre as operações: venda de espaço publicitário no meio esportivo; créditos extemporâneo de PIS e Cofins; resultado de vendas de matérias-primas fora de linha e de resíduos; venda de bens obsoletos do ativo imobilizado; patrocínios recebidos de terceiros, entre outras operações.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa.

A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social de 2012 foi de R\$ 22.927 mil. No exercício social encerrado em 2011, a subvenção foi de R\$ 23.367 mil. No exercício social encerrado em 2013, a subvenção foi de R\$ 27.732 mil.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia finalizou o ano de 2013 com lucro de R\$ 313 mil, contra um prejuízo de R\$ 27,6 milhões em 2012.

O lucro apurado em 2013 teve como principais fatores, a redução de custos e despesas que trarão efeitos positivos e está confiante que as medidas de ajustes adotadas possibilitarão recuperação dos resultados a partir de 2014.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

Nossa receita de venda decorre, principalmente, da venda dos nossos produtos no mercado interno e externo. Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e modificação de preços.

Assim, as operações da Companhia podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem a variação no volume de vendas e nos preços de insumos e produtos, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e de juros, não sendo possível estimar o impacto de cada um desses fatores individualmente, dada a complexidade do negócio.

A Receita Líquida em 2012 apresentou uma redução de 0,5%, em relação a 2011, passando de R\$ 275,5 milhões para R\$ 274,1 milhões. Já no ano de 2013, a receita líquida da Companhia aumentou em relação ao exercício social findo em 2012, passando de R\$ 274,1 milhões para R\$ 283,2 milhões.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os negócios da Cambuci são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público-alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

A inflação poderá afetar nossos resultados operacionais, uma vez que os principais custos e despesas operacionais são denominados em reais e sujeitos aos efeitos da inflação. Um aumento na taxa de inflação no Brasil poderá aumentar o custo de nossos insumos, visto que os fornecedores tenderão a repassar aos elos seguintes da cadeia produtiva quaisquer aumentos nas suas próprias despesas. Adicionalmente, uma maior inflação poderá resultar na elevação dos preços de venda praticados pela indústria e comércio em geral, o que a seu turno acarretará novos focos de pressão inflacionária e demandas por reajustes salariais, tendo em vista sua defasagem em relação ao nível geral de preços.

Tal cenário, em última análise, poderá afetar negativamente nossas vendas e custos com pessoal, e, por conseguinte, prejudicar nossos resultados e lucratividade.

Estamos sujeitos também aos riscos da variação da taxa de câmbio, uma vez que a instabilidade cambial ou a excessiva valorização ou desvalorização do real frente a outras moedas pode afetar, de maneira prejudicial, a economia como um todo. Em especial, a desvalorização do real em relação ao dólar pode criar pressões inflacionárias e resultar na elevação das taxas de juros reais, o que afeta negativamente a economia brasileira e nossos resultados operacionais e financeiros. Por outro lado, a excessiva valorização do real também gera problemas na economia, não apenas prejudicando as exportações, mas principalmente, incentivando a entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá prejudicar nossos negócios, devido à intensificação da competição com produtos provenientes do exterior.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Cambuci entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante no período.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Normas, interpretações e revisões de normas vigentes e não vigentes

a) Normas, interpretações e revisões de normas vigentes em 2013 que poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia, foram as seguintes:

- IFRS 7 - Divulgações: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 12 - Divulgação sobre Participações em Outras Entidades - As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo - As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

Diversos pronunciamentos contábeis foram emitidos pelo IASB com aplicação a partir de 2014 e 2015. Demonstramos a seguir, as correspondentes normas e interpretações e nossos comentários acerca dos reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia:

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. Será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da companhia e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em “outros resultados abrangentes” e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A data de aplicação será a partir de 1 de janeiro de 2015. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As alterações não trouxeram efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício de 31 de dezembro de 2013.

c.1) ressalvas presentes no parecer do auditor

Não temos histórico de ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes.

c.2) ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, enfatizam, conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 b, que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Adicionalmente a auditoria também informa:

“Reapresentação dos valores correspondentes

Em decorrência dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.3, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S/A referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de forma retrospectiva nesta data, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela GF Auditores Independentes. As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil são as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas da CVM e pelas normas, pronunciamentos e resoluções do IBRACON, do CFC e do CPC, todas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards*) (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013. As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas na avaliação dos investimentos em controladas que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS seriam avaliadas pelo custo ou pelo valor justo.

Principais Práticas Contábeis Críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis. Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros

10.5 - Políticas contábeis críticas

(ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. *Moeda funcional e moeda de apresentação* tanto as demonstrações financeiras consolidadas quanto as demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e das suas sociedades controladas, conforme definida no CPC 02 (R2) e na IAS nº 21.

Transações e saldos

As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como “receitas financeiras” e “despesas financeiras”, respectivamente.

Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica de receita financeira, na demonstração de resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). O prazo médio de recebimento da Companhia é de 71 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As provisões para perda no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Aplicações financeiras

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Investimentos em sociedades controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle), o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados, nas demonstrações financeiras da Controladora, pelo método de equivalência patrimonial. Esses investimentos são integralmente consolidados enquanto a Companhia detiver o seu controle. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia verifica, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta "resultado de equivalência patrimonial".

Ativo imobilizado

10.5 - Políticas contábeis críticas

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção, quando aplicável, e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas. Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente ímateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

A vida útil é revisada anualmente pela Companhia. A análise efetuada em 31 de dezembro de 2012 indicou a necessidade de mudança, na vida útil das máquinas e equipamentos das unidades fabris, em relação à praticada em 2011.

Os efeitos de depreciação decorrentes desta revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requeridos pela interpretação técnica ICPC nº 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2012.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de contas "Outras receitas (despesas) líquidas".

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso.

Ativo intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados por marcas e patentes, direito de uso de softwares, direitos de uso de lojas.

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e

10.5 - Políticas contábeis críticas

patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

Os softwares são registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso.

Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com

10.5 - Políticas contábeis críticas

o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2013 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

Provisões e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável. A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância.

Perda remota – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de

10.5 - Políticas contábeis críticas

incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(i) Correntes

O Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social ("CSL") do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) Diferidos

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC/IABS.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária e foi preparada de acordo com o CPC 09. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre diversos agentes.

Ativos financeiros – Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado -

Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Tem o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são

10.5 - Políticas contábeis críticas

classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(c) Ativos mantidos até o vencimento - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”.

Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo

10.5 - Políticas contábeis críticas

e liquidar o passivo simultaneamente.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- (a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- (b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- (c) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- (d) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

No momento a Companhia não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivéssemos alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de "outros resultados abrangentes" para o resultado do exercício. Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de

10.5 - Políticas contábeis críticas

provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A Companhia calcula o ajuste a valor presente (“AVP”) para as compras com prazo superior a 180 dias e, se existente, contabiliza como despesa financeira.

Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 22 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

Reconhecimento da receita de vendas

As receitas de vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, INSS e bonificações de clientes.

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os

10.5 - Políticas contábeis críticas

benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

O direito legal, assim como os riscos e benefícios, é substancialmente transferido para o cliente, quando uma das modalidades dos termos de entrega for contratada:

(i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;

(ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas.

Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Neste sentido, em dezembro de 2011 a Companhia migrou para uma nova versão de sistema integrado de gestão E.M.S Totvs, visando maior agilidade, controles eficazes e integração aos processos.

b) deficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O relatório dos nossos auditores independentes com relação aos nossos controles internos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que utilizamos para fins de elaboração de das demonstrações financeiras.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados,

Não realizamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva e,

Não aplicável.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet times), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Na data deste Formulário de Referência, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia, como um dos principais elementos do seu plano de negócios, continua investindo na sua expansão internacional no Paraguai, Chile e Argentina. A Companhia investiu R\$ 1.866 mil em 2012 e pretende aplicar em novos investimentos em 2013, nessa mesma proporção.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar sua própria geração de caixa como fonte de financiamento e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

A Companhia investiu R\$1,9 milhões com participação em 96,7% no capital social da empresa Impar Paraguai em outubro de 2009, com este investimento, a Companhia prevê suportar a demanda de produção crescente do segmento de confecção, para atender o MERCOSUL e os outros mercados da América Latina. A Companhia também investiu R\$ 1,0 milhões com aumento na participação na Penalty Chile passando sua participação de 24% em 2009 para 76% em 2010. Em 2011 a Companhia investiu R\$580 mil na abertura da Penalty Ibéria com sede na Espanha.

Continuamos com a política de modernização de nosso parque fabril por meio da aquisição de novos equipamentos e inovação nos processos produtivos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia integralizou capital em sua controlada ERA Sports Artigos Esportivos Ltda, no montante de R\$ 30.000, mediante a conferência em bem imóvel, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2013. O referido imóvel estava registrado no ativo imobilizado pelo custo histórico de R\$ 7.917 e baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, para a data base de 31 de dezembro de 2013, foi avaliado a valor de mercado pelo valor de R\$ 30.000, resultando em ganho no valor de R\$ 22.083 que foi reconhecido na demonstração do resultado na rubrica "outras receitas/despesas operacionais" na data da transação.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.10 - Plano de negócios

Desenvolvemos diversos projetos de pesquisa que objetivam o desenvolvimento de produtos com características inovadoras. O portfólio de nossos produtos apresentado em 2013 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de *design* e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a *bureaus* globais. Cerca de 2% do faturamento líquido da Companhia é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos “Penalty” e “Stadium”.

Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do nosso portfólio:

- **Linha Max de Futsal** – linha profissional de futsal que oferece a melhor articulação, domínio e ventilação para diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem da melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meia, equipamentos e acessórios.

- **Linha S11 de Futebol de Campo** – linha profissional de futebol de campo e society, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro e espanhol. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meia, equipamentos e acessórios.

- **Meião Kanguru** – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

- **Bola Oficial de Vôlei Pró 7.0** – Exclusiva bola matrizada de 16 gomos certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- **Sistema d-Tech** – desenvolvido para orientação e auxílio na evolução do vôlei, que detecta com precisão e em tempo real as informações se a bola foi dentro ou fora da quadra, bem como, a velocidade atingida no solo. Adicionalmente, o lançamento de novas tecnologias para a linha 2013 e 2012, foram as seguintes:

- **Tecnologia Celeron** – projetado com o objetivo de atender as características do futebol brasileiro e de profissionais globais. O solado Celeron é extremamente leve, flexível e resistente. Ideal para jogadores que buscam velocidade, explosão de arranque e segurança de tração.

- **Tecnologia Sensor** – o exclusivo couro Sensor, genuinamente brasileiro, possui características diferenciadas para a melhor prática do futebol. Tem uma construção mais leve e resistente, com tratamento hidrofugado. Ajuste perfeito aos pés, permitindo passes precisos, chutes certos e conforto máximo no uso.

- **Tecnologia Tênis** – para garantir um melhor contato entre o pé do jogador e

10.10 - Plano de negócios

a bola, o exclusivo laminado Tervis foi desenvolvido com uma microfibras altamente resistente e macia, para estender os limites do jogador e fazer a diferença em campo.

- **Tecnologia Termotec** – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, agora presente nas chuteiras da linha profissional S11 e Max Viento. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- **Tecnologia Polipró** – meias mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.

A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da Companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

- **Anatomic System/Luvas** – Equipamentos com tecnologia de modelagem com menor acúmulo de material, melhor movimentação e melhor controle de bola.

- **NEOGEO/Bolas** – Tecnologia que detém maior conforto e maciez, maior elasticidade e maior resiliência, recuperando formato original rapidamente.

- **NANOPRINT** - Tecnologia com qualidade de cobertura com maior gama de cores e maior resistência à abrasão.

A cada ano a Cambuci vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e tem função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados e/ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso Estatuto Social.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 6 (seis) membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas. O nosso Conselho de Administração é formado por uma maioria de membros independentes da administração da Companhia.

O nosso Conselho de Administração é autorizado a solicitar a contratação de especialistas externos para auxílio em suas decisões, quando considerar necessário.

O nosso Conselho de Administração atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução de seu objeto social e orientar a diretoria a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento.

Essa atuação se dá, principalmente por meio da realização de reuniões periódicas.

Estatutariamente, as reuniões deveriam ser trimestrais, no entanto, desde 2001, nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2014.

O nosso Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice presidente, que substituirá o

Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;

b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;

c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;

d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;

e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;

g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;

h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

quaisquer outros atos;

i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;

l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;

m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;

n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;

o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;

r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;

s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;

t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;
- v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;
- z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;
- aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;
- ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

Conselho Fiscal

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes conferidos pela legislação.

Nosso Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nosso Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa que elabora seus pareceres com base nos relatórios da auditoria independente da Companhia. O Conselho Fiscal ainda, apresenta documentos e pareceres à Assembleia Geral para subsidiar a aprovação das diversas matérias pelos acionistas da Companhia.

Diretoria

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos, que recebem as seguintes designações: (a) um Diretor Presidente; e; (b) 1(um) a 6 (seis) Diretores Executivos adjuntos, todos com mandato unificado de 1 (um) ano.

Os cargos da Diretoria poderão, ou não, ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da Companhia, respeitado o número mínimo previsto em nosso Estatuto Social. Compete à Diretoria a direção dos negócios sociais em geral e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo Estatuto Social.

Compete, ainda, à Diretoria:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste Estatuto;
- c) constituir em nome da Companhia procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar “*Warrants*”, conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias; e
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês;

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente e não possuímos comitês estatutários instalados.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê;

Não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;

As atribuições dos nossos Diretores estão definidas no nosso Estatuto Social como segue:

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente: (a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração.

Diretores Executivos Adjuntos:

Compete aos Diretores Executivos Adjuntos: (a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade; (b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos; e (c) colaborar com os Diretores Presidente e Superintendente no exercício de suas funções.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva, inclusive do executivo principal, na qual são analisados aspectos como qualidade da gestão, liderança, posicionamento da empresa e outros.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a) prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, as nossas Assembleias Gerais serão convocadas mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação, que, no caso da Companhia, é o Valor Econômico ou Jornal da Tarde do Estado de São Paulo. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

b) competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (vii) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
- (ix) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos físicos estarão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Pedroso de Moraes, 1553, 3º Andar, Pinheiros, na cidade e Estado de São Paulo e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia www.cambuci.com.br/investidores, e no endereço eletrônico da CVM na rede mundial de computadores www.cvm.gov.br e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores www.bmfbovespa.com.br.

d) identificação e administração de conflitos de interesses:

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral, referido acionista está vedado de proferir o seu voto. Não possuímos mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada, conforme necessário.

A deliberação tomada em decorrência de voto de acionistas que tenha interesse conflitante com a Companhia é anulável, respondendo referido acionista pelos danos causados à Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Caso esse acionista tenha auferido vantagem indevida em decorrência de voto proferido em conflito de interesse, deverá transferir tal vantagem à Companhia.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A administração da Companhia nunca solicitou procurações aos acionistas para o exercício do direito de voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Não adotamos formalidades especiais para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, além das estabelecidas na legislação aplicável.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não adotamos, como regra, a transmissão ao vivo de vídeo e/ou áudio das assembleias.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

Não adotamos uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	29/03/2014
		Valor Econômico - SP	29/03/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	08/04/2014
			09/04/2014
		Valor Econômico - SP	10/04/2014
			08/04/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	28/03/2013
		Valor Econômico - SP	28/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	09/04/2013
			10/04/2013
		Valor Econômico - SP	11/04/2013
			09/04/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	23/03/2012
		Valor Econômico - SP	23/03/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	23/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	04/04/2012
			05/04/2012
			06/04/2012
Valor Econômico - SP		25/04/2012	
		04/04/2012	
		05/04/2012	
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	09/04/2012	
		25/04/2012	
		Diario Oficial - SP	12/06/2012
		Valor Econômico - SP	12/06/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a) frequência das reuniões

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, acionista ou não, residentes no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente nosso Conselho de Administração é composto por 6 membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas.

O nosso Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, quatro vezes por ano, a cada três meses e, extraordinariamente sempre que necessário, por solicitação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 3 (três) dias. No entanto, desde 2001 o nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2014.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes, de forma que não há disposições acerca de qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações, sendo que não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem no nosso Estatuto Social.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Paulo Ricardo de Oliveira	50	Pertence apenas à Diretoria	10/10/2013	1 ano
032.718.058-73	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	10/10/2013	Sim
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores				
Rafael Carqueijo Gouveia	34	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2014	1 ano
285.968.008-08	Administrador de Empresas	Diretor Executivo	30/07/2014	Sim
Maria Aparecida Inacio da Silva	38	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2014	1 ano
007.543.386-90	Administradora de Empresas	Diretor Executivo	30/07/2014	Sim
Diretor Executivo				
Manuel Roberto Bravo Caldeira	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
029.428.328-51	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2014	Não
Eloy Gonçalves de Oliveira	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
004.642.958-15	Adminstrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim
Getulio Ponce Dias	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
003.577.740-00	Psicologo e Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim
Felipe Demori Claudino	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
033.405.407-99	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Não
ROBERTO ESTEFANO	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
067.524.468-49	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
Atualmente é Presidente do Conselho de Adminstraçãõ e Diretor de Relaçãõ com Investidores				
Eduardo Estefano Filho	63	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	1 ano
067.527.138-04	Engenheiro Textil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim
Clovis Ailton Madeira	61	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
253.599.328-72	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim
Jose Roberto Pereira Rios	58	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
555.992.578-00	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho	65	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
491.893.018-20	Engenheiro Textil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto	54	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
026.230.088-50	Adminstrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim
Roberto Massayuki Hara	56	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
860.121.858-04	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim
Fabio Mercadante Mortari	50	Conselho Fiscal	30/04/2014	1 ano
075.386.748-61	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Paulo Ricardo de Oliveira - 032.718.058-73

Formação acadêmica: Ciências Contábeis pela Universidade São Francisco, Análise de Sistema pela FAAP, Fundação Armando Alvares Penteado e Pós Graduação pelo FIPECAFI (USP). Formado em 2011 no IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, para atuar como Membro de Conselho de Administração.

Experiência Profissional: Diretor Executivo da Drogaria Onofre, responsável pelo M&A realizado com a CVS Caremark, Rede de Drogarias Norte Americana (2009 a 2013), VP de Finanças da Valdac, Empresa que atua no setor de moda detentora das marcas Crawford Siberian (2006 a 2007), VP de Finanças da Teleperformance, empresa Francesa que atua no setor de Teleserviços (2007 a 2009), CEO da De La Rue Cash Systems, empresa Britânica que atua no setor de Automação Bancária (1996 a 2006) e CFO da Pneuac, Empresa de revenda de Pneus da Pirelli S/A (1986 a 1996). Atualmente exerce o cargo de Diretor Presidente da Cambuci S/A.

Rafael Carqueijo Gouveia - 285.968.008-08

Adminstrador de Empresas e atualmente exercendo cargo de Diretor Executivo da Cambuci S/A.

Maria Aparecida Inacio da Silva - 007.543.386-90

Administradora de Empresas e atualmente exercendo cargo de Diretor Executivo da Cambuci S/A.

Manuel Roberto Bravo Caldeira - 029.428.328-51

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, na função de gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200 milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos. Atualmente é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. e membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A.

Eloy Gonçalves de Oliveira - 004.642.958-15

Formação acadêmica: Administração de Empresas e Especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

Experiência profissional: Henkel Ltda – Membro do Conselho de Supervisão.

Cambuci S/A – Penalty – Vice Presidente do Conselho de Administração.

Empowerment Ltda. – Diretor.

Credencial Corretora de Seguros Ltda. – Diretor.

Getulio Ponce Dias - 003.577.740-00

Formação acadêmica: - Pós graduado em Administração Internacional pela FIA, pós graduado em Dinâmica de Grupo pela SPRGS, graduado em Psicologia, pela PUC-RS e Direito pela UNIP.

Experiência profissional: iniciou suas atividades na Agência de Navegação e

importadora Wigg S/A. Em sequência trabalhou na importadora Motobrás S/A; na fábrica Refinoil Ltda; Banco da Lavoura de Minas Gerais e Banco do Brasil. Posteriormente foi sócio em Chapiro Internacional Ltda.; Gepi Editora Ltda; Tekowam Consultoria Empresarial Ltda e Ponce & Associados Ltda. Nessas empresas desenvolveu diversas funções nas áreas administrativa, contábil, financeira e comercial, chegando a Gerente e Diretor em alguns casos e como consultor trabalhou para Empresas como NORTON (abrasivos); CESP, EMBRATEL, MBR, CTC, LOGOS, ESTRELA VIDROS, Grupo GD, TRAPICHE, dentre dezenas de outras.

Felipe Demori Claudino - 033.405.407-99

Formação acadêmica: Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e MBA pela PUC do Rio de Janeiro.

Sócio fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda., co-responsável pelas operações de Private Equity, analista de governança corporativa e Diretor responsável pela área jurídica e de compliance, integrou a equipe de private equity da Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda. Foi membro da equipe de Fusões e Aquisições dos escritórios Veirano Advogados (2003-2007) e Barbosa Mussnich & Aragão Advogados (2001- 2003). Foi associado do grupo de Mercado de Capitais do Sherman & Sterling LLP (1998-1999) e advogado da Aracruz Celulose S.A. (1996-1998 e 2000- 2001). Foi membro do conselho de administração da Cambuci S.A. (2007-2008) e do Casa Show S.A (2008-2010).

ROBERTO ESTEFANO - 067.524.468-49

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Marketing - Fundação Getúlio Vargas.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor presidente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação com Investidores da Cambuci. É Membro da Abriesp – Associação Brasileira da Indústria do Esporte. Foi presidente da ABIAE - Associação Brasileira de Industriais de Artigos de Esporte. Foi membro da MOVE – Associação Brasileira de Artigos Esportivos e do Board da World Federation Of The Sporting Goods Industry.

Eduardo Estefano Filho - 067.527.138-04

Formação acadêmica: Engenharia Mecânica Industrial Textil pela FEI, Pós Graduação em Administração pela GV.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Ocupou o cargo de diretor Superintendente de 1970 a setembro de 2013. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Cambuci. É Membro da AISAM – Associação das Indústrias de São Roque, Araçariçuama, Alumínio e Mairinque.

Clovis Ailton Madeira - 253.599.328-72

Formação acadêmica: Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas.

Experiência Profissional: Socio Diretor da Directa Auditores. Atualmente membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A.

Jose Roberto Pereira Rios - 555.992.578-00

Formação acadêmica: Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela UNISO – Universidade de Sorocaba

Experiência profissional: exerceu atividades como contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Cambuci S/A.

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho - 491.893.018-20

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial Mecânico Textil - Fac Engenharia Industrial - FEI - Engo Segurança do Trabalho - Fac Saude Publica - USP

Experiência Profissional : Cia. Brasileira de Fiação (Grupo Giorgi) - Engenheiro de Produção, Textil - Cia Textil Tangará (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Sperm do Nordeste (Grupo Giorgi) - Diretor Industrial, Grupo Giorgi - Diretor de Compras Algodão, Metasul Corretora de Mercadorias - Procurador e Corretor de Algodão.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

Formação Acadêmica : Ciências Contábeis e Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCAMP

Experiência Profissional : Iniciou sua carreira na Directa Auditores, empresa de prestação de serviços de auditoria externa, como estagiário da área de auditoria, na qual permanece até o momento como um de seus sócios.

Roberto Massayuki Hara - 860.121.858-04

Colaborador do Moinho Pacifico a 39 anos, vivenciou a transição do sistema de monopólio governamental do trigo ao de livre mercado. Atuou nas áreas de Recursos Humanos, Financeira, Tributária, Importação e Logística do abastecimento de trigo do Moinho Pacifico. Em 2013 estruturou e é responsável pelo departamento de serviços de recepção, armazenagem e logística de trigo para as tradings Cargill, ADM, Bunge e moinhos do Estado de São Paulo atingindo a movimentação de 350.000 toneladas no primeiro ano de atividade

Fabio Mercadante Mortari - 075.386.748-61

Formação acadêmica: Direito. Atualmente membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Atualmente não temos comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ROBERTO ESTEFANO	067.524.468-49	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação Com Investidores				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eduardo Estefano Filho	067.527.138-04	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2011**Administrador do Emissor**

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ERA SPORTS LTDA.

00.011.241/0001-36

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Impar Sports Indústria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.

04.504.429/0001-77

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

Eduardo Estefano Filho

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Cambuci Importadora Ltda.

00.734.109/0001-52

Administrador

Observação**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Penalty Argentina S/A. Administrador	61.088.894/0001-08		
Observação			

Administrador do Emissor Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Impar Paraguay S/A. Administrador	61.088.894/0008-84		
Observação			

Administrador do Emissor Eduardo Estefano Filho Membro do Conselho de Administração	067.527.138-04	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada Três Marias Incorporações e Construções Ltda. Socio Quotista e Administrador	50.918.622/0001-71		
Observação			

Administrador do Emissor ROBERTO ESTEFANO Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação com Investidores	067.524.468-49	Controle	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Três Marias Incorporações e Construções Ltda.	50.918.622/0001-71		
Socio Quotista			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

São Paulo, 31 de janeiro de 2014

Ao Conselho de Administração da CAMBUCI S/A

Cc: Departamento Jurídico da Cambuci S/A
Junta Comercial de São Paulo
Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Assunto: Carta de Renuncia

Eu **Givaldo Marinho da Silva Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas e contador, domiciliado Av. Getúlio Vargas. 930, Marmeleiro, São Roque/SP, portador do RG 4.056.507 e inscrito no CPF 293.365.034-72, venho por meio desta, por motivos exclusivamente pessoais e de foro íntimo, **renunciar ao cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Cambuci S/A**, a partir desta data, no qual fui eleito pelo prazo de 01 ano, através da reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2013, cuja ata de reunião encontra-se devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 225.077/13-9.

Atenciosamente,



Givaldo Marinho da Silva Filho

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do nosso Conselho de Administração tem como objetivo atração e retenção dos melhores talentos, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

Acreditamos que uma administração profissional composta por executivos de alto nível apresenta um diferencial competitivo que impacta positivamente no retorno dos nossos negócios.

b) composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas a honorários fixos, independente do número de convocações. Em razão da nossa situação financeira, os membros do nosso Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários fixos nos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Diretoria Estatutária

Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa e uma remuneração variável através de bônus anual, além de benefícios indiretos.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos de nosso do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal, para cada membro em exercício, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos nossos diretores estatutários, não computados os benefícios e outras verbas de representação e participação nos lucros, conforme previsto no art. 162, § 3º, da Lei das S.A..O montante anual da remuneração do

Conselho Fiscal é aprovado em Assembléia Geral, previamente à efetiva distribuição.

Os membros do Conselho Fiscal, ainda, recebem reembolso das despesas de locomoção e de estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês

Não possuímos Comitês instalados.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total Diretoria Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

70% (cinquenta por cento) da remuneração da nossa Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 25% (vinte e cinco por cento) ao bônus anual e 5% (vinte e cinco por cento) aos benefícios indiretos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos mensais a que fazem jus.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Diretoria Estatutária

Para definição dos valores de remuneração, correção salarial e benefícios pagos por nós à nossa Diretoria Estatutária utilizamos os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de *performance* individuais.

Os valores de remuneração pagos à Diretoria Estatutária são definidos anualmente em Assembleia Geral utilizando-se critérios de mercado compatíveis com a situação econômico-financeira da Companhia. A remuneração é paga entre os membros da Diretoria nas proporções determinadas pelo Conselho de Administração em reunião própria.

Individualmente, os valores de remuneração pagos aos diretores estatutários são comparados periodicamente com o mercado por meio de pesquisas, tendo como referência pesquisas realizadas pela consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda., (especializada em remuneração) e pelo IBGC sobre a remuneração dos administradores, além de informações coletadas em jornais e revistas especializadas em negócios e, visando avaliar sua competitividade e, eventualmente, a necessidade de reajustes em razão de algum dos componentes da remuneração, além do desempenho desses executivos em suas respectivas áreas de responsabilidade. Ademais, atualmente, a Companhia encontra-se em fase de reestruturação do seu quadro de Diretoria, o que envolveu o desligamento de dois diretores, com a necessidade de substituição por profissionais de mercado, bem como a ampliação do seu quadro de diretores estatutários. Ressalta-se que os diretores desligados eram também acionistas e que para a contratação de outros diretores, dentre profissionais de mercado, a Companhia realizou a devida pesquisa de referências similares no mercado, ajustando as remunerações dos Diretores então admitidos, para que estas se enquadrassem aos referidos parâmetros de remuneração, considerando que os até então utilizados pela Companhia encontravam-se defasados, o que significou um aumento da remuneração total da Diretoria estatutária.

Conselhos de Administração e Fiscal

Para a definição dos valores de remuneração dos membros efetivos do nosso Conselho de Administração, o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa o recrutamento e a retenção de profissionais qualificados e adequados às nossas necessidades, interessados

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

no aumento da nossa lucratividade. A remuneração da nossa Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a determinação da parcela da remuneração fixa dos executivos da Companhia são utilizados os dados obtidos mediante a realização anual de pesquisa salarial, conforme descrito no item 13.1 (iii) deste Formulário de Referência.

Para a determinação do incentivo de curto prazo, a Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas, vinculadas: (i) aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia; e (ii) aos indicadores de *performance* coletiva e individual. Ambos os indicadores podem variar anualmente, sendo que os principais indicadores financeiros são:

- a geração operacional de caixa,
- a geração de LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), e
- a geração de determinada receita líquida no ano.

Para a composição dos indicadores de *performance* coletiva e individual, são levados em conta indicadores operacionais (tais como EBTIDA, ROL, Estoque, Despesas, Entrega, Custos, entre outros), sociais (tais como Liderança, Comunicação, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, entre outros) e ambientais (tais como redução do consumo de recursos naturais) em conformidade com o cargo ocupado.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de *performance* coletiva e individual, que servem de base para fins de cálculo da parcela da remuneração variável dos nossos Diretores Executivos.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

O formato da nossa remuneração acima descrito procura incentivar os nossos administradores a buscar a melhor rentabilidade para os nossos negócios, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os nossos.

Mediante a utilização de indicadores de desempenho financeiro e de *performance* coletivo e individual, a nossa política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da nossa Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre os interesses das partes.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.645.685,86	81.987,84	1.727.673,70
Benefícios direto e indireto	0,00	66.450,30	0,00	66.450,30
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	126.591,22	0,00	126.591,22
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.		
Total da remuneração	0,00	1.838.727,38	81.987,84	1.920.715,22

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.609.033,90	49.259,30	3.658.293,20
Benefícios direto e indireto	0,00	135.326,88	0,00	135.326,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação			O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	
Total da remuneração	0,00	3.744.360,78	49.259,30	3.793.620,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,75	3,00	12,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	210.416,93	53.600,58	264.017,51
Benefícios direto e indireto	0,00	110.734,88	2.463,96	113.198,84
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	
Total da remuneração	0,00	321.151,81	56.064,54	377.216,35

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	199.333,62	50.559,06	249.892,68
Benefícios direto e indireto	0,00	85.566,09	3.577,68	89.143,77
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.		
Total da remuneração	0,00	284.899,71	54.136,74	339.036,45

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A nossa política de remuneração não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A tabela a seguir corresponde à remuneração variável da nossa Diretoria Estatutária, a título de bônus:

Diretoria estatutária Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo (em R\$ mil)	Bônus – valor máximo (em R\$ mil)	Bônus – valor previsto (em R\$ mil)	Bônus – valor pago (em R\$ mil)
2010	6	7.041,07	53.934,75	30.487,91	-
2011	5,7	8.071,39	61.826,86	34.949,12	-
2012	4	21.228,99	127.374,00	74.301,58	-
2013	7	19.136,41	114.818,47	57.409,23	-
2014	3	25.492,94	250.985,87	125.492,94	-

(1) O número de membros da Diretoria apresentado na tabela acima corresponde à média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, para cada exercício social encerrado em 31 de dezembro dos anos indicados.

(2) Os membros do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável.

(3) Os membros da Diretoria não fizeram jus a bônus nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 em razão do não atendimento dos indicadores de desempenho considerados para a determinação de cada um dos elementos da remuneração, conforme descrito no item 13.1 (c) deste Formulário de Referência.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**a) termos e condições gerais**

Não aplicável.

b) principais objetivos do plano

Não aplicável.

c) forma como plano contribui para esses objetivos

Não aplicável.

d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h) condições de aquisição de ações

Não aplicável.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável.

k) forma de liquidação

Não aplicável.

l) restrições às transferências das ações

Não aplicável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Empresa	Conselho administração		Diretoria		Conselho Fiscal	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Ações						
Cambuci SA	6.997.332	8.016.516	-	362.464	-	-
Era Sports artigos esportivos Ltda.	2	-	-	-	-	-
Impar Sports	20.000	-	-	-	-	-
Impar Paraguay S.a	1	-	-	-	-	-
Cambuci Importadora Ltda*	2	-	-	-	-	-
Três Marias Inc. e Const.Ltda	2.337.432	-	-	-	-	-

*Empresa por Cota

(1) Para não haver duplicidade, nos casos, em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na diretoria.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação

Não aplicável.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

Não aplicável.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	5,00	3,75	5,70	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	389.392,91	129.583,23	55.660,97	0,00	0,00	0,00	20.443,00	17.866,86	16.853,02
Valor da menor remuneração(Reais)	14.318,55	19.693,34	17.168,91	0,00	0,00	0,00	4.942,84	17.866,86	16.853,02
Valor médio da remuneração(Reais)	167.445,87	52.604,23	39.866,72	0,00	0,00	0,00	16.419,77	17.866,86	16.853,02

Observação**Diretoria Estatutária****Conselho de Administração**

31/12/2012	Os membros do Conselho de Administração renunciaram a reumeração a que fariam jus.
-------------------	--

31/12/2011	Os membros do Conselho de Administração renunciaram a reumeração a que fariam jus.
-------------------	--

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercícios	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
2011	0%	16,00%	84,00%
2012	0%	2,64%	97,36%
2013	0%	1,30%	98,7 %

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não há valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e de nosso Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais, como remuneração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração ou de nossos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2013, o nosso quadro de colaboradores era composto por cerca de 2.078 empregados diretos.

A tabela abaixo apresenta o número de nossos colaboradores para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013, bem como o número de colaboradores por funções:

Regiões	2013	2012	2011	2010
Paraíba	896	840	1.055	1.327
Bahia	944	1.122	1.128	1.355
São Paulo	238	248	247	229

A tabela abaixo apresenta nosso quadro de colaboradores por localização geográfica de nossos complexos industriais, nos períodos indicados:

Funções	2013	2012	2011	2010
Operacional	1.593	1.645	1.855	2.263
Administrativo	455	525	537	612
Gerencial	30	40	38	36

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Nossos quadros de terceirizados, distribuídos por atividade desempenhada em nossas localizações, nos períodos indicados, eram compostos conforme apresentado na tabela abaixo:

Terceiros	2013	2012	2011	2010
	47	47	64	64

c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia foi de aproximadamente 33,61%, 42,90%, 34,21% e 31,26% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente.

d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Atualmente terceirizamos uma parcela mínima de nossa mão-de-obra. Respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento. Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Em 31 de dezembro de 2013, figurávamos no pólo passivo de aproximadamente 298 ações trabalhistas, em sua maioria ajuizadas por ex-empregados, no valor total reclamado de R\$1.711.473,44 Para mais informações sobre a exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, veja os itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 deste Formulário.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.1. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

Nossa atual Política de Administração de Cargos e Salários (“Política”) tem por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos nossos funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os nossos resultados serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

A administração de cargos e salários será feita considerando: (i) a relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função;

(ii) a situação de mercado: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado para cargos com responsabilidades semelhantes; e (iii) o equilíbrio orçamentário da Companhia: a política salarial levará em conta o desempenho da Companhia e seus resultados.

Nossa Política é aplicada segundo as seguintes premissas:

I - Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de Cargos e Salários

Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos:

1. Salário de Admissão

Todo funcionário deve ser admitido preferencialmente com salário no início da faixa salarial estabelecida para o seu cargo. Excepcionalmente, o salário de admissão pode ser estabelecido acima desse limite, em função do grau de qualificação e experiência exigidas do candidato, ou por contingência de mercado.

2. Salário Para um Novo Cargo

Para se definir a faixa salarial de um novo cargo, este deverá passar pelo processo de Avaliação e Classificação, conduzido pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo.

3. Alterações Salariais

O Sistema de Administração de Cargos e Salários prevê as seguintes situações que poderão gerar alterações salariais:

- Fim do período de experiência
- Promoção Vertical (promoção para um cargo maior)
- Promoção Horizontal (aumento de salário por merecimento, no mesmo cargo)

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Transferência para outro cargo
- Ajustes de mercado
- Reclassificação do cargo

3.1. Salário Após o Período de Experiência

Em casos específicos, em que o funcionário tenha sido contratado com a condição de ter um reajuste após o período de experiência, o salário do funcionário será reajustado para o nível previamente acertado na contratação.

3.2. Promoção Vertical

Os aumentos por promoção vertical são concedidos aos funcionários que passam a ocupar cargos incluídos numa Classe superior à Classe atual do cargo, dentro da estrutura de cargos e salários.

A promoção vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários (caso de Auxiliares, Assistentes, Analistas, por exemplo), ou poderá ocorrer em função da necessidade de preenchimento de uma vaga em aberto (caso de Encarregados, Supervisores, Gerentes, por exemplo).

Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Recursos Humanos.

São duas as modalidades de promoção vertical:

3.2.1. Promoção Vertical na Mesma Carreira Específica (de Operador de Máquina para Encarregado de Produção, por exemplo)

O salário é alterado para se enquadrar na Classe do novo cargo. Na maioria das vezes, o aumento deveria se situar entre 10% e 20% do salário atual.

Os aumentos decorrentes da promoção vertical podem ser concedidos em qualquer mês do ano, desde que o funcionário preencha os requisitos necessários à promoção.

Após uma promoção vertical na mesma carreira específica, deverá ser observado um período mínimo de um ano, antes de nova promoção vertical.

3.2.2. Promoção Vertical Com Mudança de Carreira Específica (de Auxiliar Financeiro para Auxiliar de Compras, por exemplo)

Numa promoção vertical, o aumento recomendado situa-se entre 10% e 20% do salário atual, observado o posicionamento na faixa do novo cargo e a relatividade interna.

O aumento por promoção vertical, nesses casos, será efetivado 30 dias após a promoção. Nesse período será avaliada a adaptação do funcionário ao novo cargo. A promoção será efetivada com a aprovação da Gerência da área. Caso o funcionário não se adapte ao novo cargo, a Gerência da área deverá comunicar com antecedência o fato à área de Recursos Humanos. Se for possível, o funcionário poderá retornar à sua área de origem ou ser transferido para uma função compatível com seu perfil profissional.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

3.3. Promoção Horizontal (aumento por mérito)

O aumento por promoção horizontal pode ser concedido ao funcionário que apresentar desempenho que o destaque significativamente dos demais ocupantes do mesmo cargo ou dentro de uma equipe de trabalho.

É uma alteração do salário do funcionário dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo.

Os aumentos decorrentes da promoção horizontal podem ser concedidos em qualquer mês do ano e devem se ajustar ao orçamento definido para essa finalidade. Um funcionário só pode receber nova promoção horizontal após o período mínimo de um ano.

Quando o cargo pertencer a uma carreira específica, como auxiliares, assistentes e analistas, o funcionário só poderá ser promovido verticalmente 6 meses após receber uma promoção horizontal, desde que preencha os requisitos necessários.

Os Gerentes e Coordenadores são responsáveis pela administração do orçamento para promoções horizontais. Portanto, deverão definir o percentual de aumento individual a ser concedido em cada caso.

O percentual recomendado para os casos de promoção horizontal varia entre 5% e 8%. Em casos de desempenho destacado este percentual poderá chegar a 14%. É recomendado analisar com cuidado cada promoção horizontal, visando a evitar a criação de problemas de relatividade interna posteriormente.

3.4. Transferência de cargo

Ocorre uma transferência quando o funcionário passa a ocupar um cargo em outra área. Por exemplo, um Assistente que é transferido da área industrial para a área administrativa.

Uma transferência geralmente não significa que o funcionário receberá um aumento de salário.

Se a transferência for para um cargo de uma classe superior à classe do cargo atual, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção vertical.

Se a transferência for para um cargo da mesma classe, e for necessário um aumento de salário para um melhor posicionamento do salário do funcionário na faixa salarial, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção horizontal.

3.5. Reclassificação do cargo

Ocorre um reajuste salarial por reclassificação quando um cargo recebe atribuições adicionais, de maior complexidade e responsabilidade e que exijam maior conhecimento do que as atribuições atuais, justificando uma reclassificação do cargo para uma classe mais alta na estrutura de cargos.

3.6. Ajustes de mercado

São alterações salariais com o objetivo de alinhar o salário do cargo com os

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

padrões de mercado, constatados por meio de pesquisa de remuneração realizada pela área de RH.

O ajuste de mercado pode ocorrer como consequência de um reajuste nas tabelas salariais para alinhamento com o mercado, ou apenas para alinhar os salários de determinados cargos.

4. Avaliação para promoção

O funcionário indicado para uma promoção vertical ou horizontal deverá ser avaliado pelos seus superiores hierárquicos, em itens relacionados com o desempenho e comportamento do funcionário nos últimos 12 meses.

O processo de análise para efetivação da promoção só terá seguimento se o funcionário receber uma avaliação de seus superiores que justifique a promoção.

A avaliação será feita pelo superior imediato, no nível mínimo de Supervisor, com a revisão e aprovação pelo Coordenador e pelo Gerente da área.

O candidato a uma promoção será avaliado pelos seus superiores hierárquicos com base em pelo menos 10 fatores que possam representar fielmente o seu desempenho e comportamento. Os fatores de avaliação serão definidos pela área de Recursos Humanos em conjunto com o Coordenador e o Gerente da área do avaliado. Poderão ser utilizados, entre outros, fatores como os seguintes:

Disciplina

Como o funcionário procedeu nos últimos 12 meses em relação às normas disciplinares da empresa. (a área de Recursos Humanos também participará da avaliação neste item).

Assiduidade

Número de faltas não justificadas nos últimos 12 meses. (Esta informação será fornecida pela área de Recursos Humanos).

Pontualidade

Número de atrasos não justificados nos últimos 12 meses. (Esta informação será fornecida pela área de Recursos Humanos).

Colaboração com a equipe, superiores e colegas de trabalho

Iniciativa do funcionário para colaborar em situações como: substituição de emergência para cobrir falta de outro colega; execução de trabalhos fora da sua rotina normal.

Disponibilidade

Disponibilidade do funcionário para trabalhar em horários especiais, tais como:

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

mudança de turno por necessidade do trabalho, trabalho em fins de semana ou em situações de emergência, realização de horas extras etc.

Qualidade do trabalho realizado

Qualidade do trabalho medido pela qualidade do produto ou resultado dos processos sob sua responsabilidade. Número de ocorrências que indiquem a atenção e concentração do funcionário em seu trabalho.

Responsabilidade

Responsabilidade demonstrada na execução das tarefas; antecipação de possíveis problemas; iniciativa para fazer o que for necessário antes que o superior determine.

Apresentação pessoal

Forma como o funcionário costuma se apresentar ao trabalho, em termos de roupa, limpeza e higiene pessoal.

Conhecimento da Função

Grau de domínio que o funcionário tem da função que exerce, demonstrado na prática do dia-a-dia.

Desenvolvimento Técnico-Profissional

Como o funcionário se saiu nos treinamentos patrocinados pela empresa; quais as iniciativas do funcionário para aprender coisas novas; interesse do funcionário no seu próprio desenvolvimento profissional.

Entendimento e aceitação de mudanças

Capacidade de discernimento do funcionário para entender e acatar as mudanças introduzidas pela empresa no ambiente de trabalho.

Comunicação

Capacidade do funcionário de passar informações com clareza para seus superiores e colegas de trabalho.

Organização

Como o funcionário organiza seu ambiente de trabalho; como ele organiza seu dia de trabalho; como ele determina as prioridades e seqüência das tarefas.

Liderança (para encarregados e acima)

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Como o funcionário exerce a liderança em seu grupo de trabalho. Como o funcionário envolve sua equipe na busca de melhor produtividade, qualidade. O que ele faz para incentivar sua equipe.

Resolução de conflitos (para encarregados e acima)

Forma como o funcionário resolve os conflitos em sua área e com outras pessoas fora de sua área. Habilidade para lidar com pessoas de pensamento e opiniões diferentes, numa situação de negociação.

5. Procedimentos para solicitação de uma promoção

5.1 Solicitação da Promoção (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

5.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Havendo concordância, instrui o solicitante a proceder à Avaliação do candidato à promoção. Não havendo concordância, comunica a solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

5.3 Avaliação do funcionário

O superior imediato do funcionário faz a avaliação prevista no item 4.1 destas Normas e Procedimentos de Administração de Cargos e Salários.

5.4 Revisão da avaliação do funcionário

O Gerente da área revisa e aprova a Avaliação feita pelo Solicitante. Se o resultado da revisão da avaliação for positivo, o Gerente envia a solicitação de promoção à área de Recursos Humanos para o prosseguimento das análises. Se o resultado da revisão da avaliação for desfavorável, o Gerente comunica o fato ao Coordenador ou Supervisor da área e encerra o processo.

5.5 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos fará uma avaliação para verificação do potencial do funcionário e suas possibilidades de sucesso no novo cargo. Após essa avaliação, a área de Recursos Humanos encaminhará o processo para deliberação da Diretoria.

5.6 Aprovação da Diretoria

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo ao Gerente e Coordenador da área interessada.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

5.7 Efetivação da promoção

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

6. Procedimentos para solicitação de uma transferência

6.1 Solicitação da Transferência (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

6.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Se o superior imediato do solicitante concordar, encaminha o processo ao Gerente da área em que o funcionário trabalha, para liberação do funcionário e continuidade do processo. Se o superior imediato do solicitante não concordar, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.3 Aprovação pelo atual Gerente da área em que o funcionário trabalha

O Gerente da área em que o funcionário trabalha deverá manifestar sua concordância ou não com a solicitação de transferência. Havendo concordância, informa ao solicitante, que poderá solicitar à área de Recursos Humanos para dar seguimento ao processo. Não havendo concordância, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

6.4 Avaliação pela área de Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos procederá a uma avaliação do funcionário e das possibilidades de sua adaptação ao novo cargo. A seguir a área de recursos humanos submete o resultado da sua avaliação à deliberação da Diretoria.

6.5 Decisão da Diretoria

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo aos Gerentes das áreas envolvidas.

6.6 Efetivação da transferência

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

A data da transferência do funcionário para a nova área deverá ser definida de comum acordo entre os Gerentes das áreas envolvidas.

7. Procedimentos para solicitação de criação de uma vaga ou posto de trabalho

7.1. Conceito de Vaga

Considera-se como vaga em aberto um posto de trabalho que ficou vago em função da saída do funcionário que o ocupava. Há também a possibilidade de criação de vaga em função de necessidade de aumento do quadro de pessoal.

7.2 Solicitação de criação da vaga (início do processo)

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao Gerente da área para uma análise preliminar.

7.3 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante

O Gerente da área do solicitante manifesta sua concordância ou não com a criação da nova vaga. Havendo concordância do Gerente, este envia a solicitação para a área de Recursos Humanos para análise de viabilidade. Não havendo concordância, o Gerente comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

7.4 Análise pela área de Recursos Humanos

A área de RH faz uma análise do atual quadro de funcionários da área solicitante e agrega outras informações relacionadas. Verifica a viabilidade orçamentária. Envia o processo à Diretoria para aprovação final.

7.5 Aprovação pela Diretoria

O processo é submetido à aprovação da Diretoria. A decisão final da Diretoria é encaminhada à área de Recursos Humanos, que comunica ao Gerente da área a autorização para criação da vaga.

8. Prazo Para Solicitação de Promoção e Transferência

As solicitações de promoções (verticais e horizontais) e transferências deverão ser encaminhadas à área de Recursos Humanos até o dia 5 (cinco) de cada mês, para que possam ser processadas no mesmo mês. Caso o dia 5 (cinco) seja um fim-de-semana ou feriado, o prazo será estendido até o primeiro dia útil posterior. As solicitações encaminhadas após esta data serão atendidas no mês seguinte.

9. Orçamento para Promoções

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Anualmente, como parte do processo orçamentário, serão definidos orçamentos para as promoções previstas para cada área.

Os aumentos salariais em função da efetivação das promoções verticais e horizontais devem ficar dentro do orçamento anual para essa finalidade.

A efetivação das solicitações de promoção dependerá da disponibilidade de verba orçamentária específica. Nessa fase de análise do processo, a Diretoria Administrativa dará seu parecer e aprovação para seguimento do processo.

10. Programa de Estagiários

10.1. Regras de Funcionamento do Estágio

O contrato será de no mínimo 6 meses, podendo ser renovado a cada 6 meses, enquanto o estagiário for estudante.

O horário de estágio será fixado em horário diferente do horário de estudo do estagiário e conveniência da área. Quando o estagiário for funcionário, o horário do estágio poderá coincidir com o seu horário de trabalho.

O estagiário que não tiver correspondendo às expectativas da área, terá seu contrato rescindido.

A Empresa poderá contratar o estagiário como funcionário, em cargo compatível com sua qualificação, quando o estudante concluir seu curso.

O estágio será supervisionado pelo gerente da área. A área de RH dará todo o suporte em termos de treinamento e acompanhamento à equipe de estagiários e *feedback* sobre o processo aos gerentes.

A Empresa concederá uma Bolsa de Aprendizagem para os candidatos externos.

10.2. Critérios de Recrutamento de Estagiários

O público-alvo para recrutamento de estagiários é constituído por:

a) Candidatos externos: estudantes que irão se formar em até dois anos e meio, no máximo, no caso de curso superior.

b) Candidatos internos: funcionários estudantes.

Os candidatos internos e externos passarão pelo mesmo processo seletivo.

Serão indicados os que tiverem melhor potencial.

10.3. Valor da Bolsa de Aprendizagem

O valor da Bolsa de Aprendizagem será proporcional à carga horária do estagiário.

O estagiário terá como benefícios o vale transporte, seguro de vida e refeição (a depender de horário e local de trabalho).

A correção desses valores será feita quando houver alteração na Tabela Salarial.

11. Responsabilidades

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

11.1. Diretores

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas. Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos.
- Dar aprovação final a todas as alterações salariais, promoções e movimentações de pessoal propostas, bem como a criação de novos cargos ou vagas.
- Aprovar ajustes de mercado.
- Aprovar alterações nas Políticas de Administração de Cargos e Salários.
- Analisar casos especiais não previstos nestas Normas e Procedimentos, decidindo sobre a melhor solução.

11.2. Gerentes

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas.
- Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos em suas áreas.
- Controlar as propostas de promoções e alterações salariais, conforme critérios estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.
- Analisar e dar parecer sobre as alterações salariais solicitadas pelos supervisores.
- Propor alterações salariais para funcionários de suas áreas quando necessário.
- Propor a criação de novos cargos ou vagas, conforme a necessidade.

11.3. Área de Recursos Humanos

- Acompanhar as regras estabelecidas e assessorar todas as áreas quanto à melhor forma de conduzir os processos e procedimentos estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.

II - Conceitos e Terminologia

Descrição de Cargo

É o relato, de forma organizada, das atividades e responsabilidades de cada cargo existente na empresa.

Avaliação de Cargos

Processo de determinação da importância relativa de cada cargo dentro da estrutura organizacional, com base nos conhecimentos, complexidades e responsabilidades do cargo.

Classe

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Designa um grupo de cargos com avaliação semelhante, que possuem a mesma Faixa Salarial.

Estrutura Salarial

É composta de Tabelas Salariais.

Faixa Salarial

A Faixa Salarial define os valores dos salários de cada Classe.

Amplitude da Faixa Salarial

É a distância percentual entre o início e o fim da Faixa Salarial.

Na Empresa a amplitude da Faixa Salarial é de 50%.

O Ponto Médio da Faixa Salarial corresponde ao valor da mediana de mercado, identificada através da Pesquisa Salarial.

O início da Faixa Salarial foi estabelecido em aproximadamente 18% abaixo do Ponto Médio (Ponto Médio dividido por 1,22, que é a raiz quadrada de 1,50).

O fim da Faixa Salarial foi estabelecido em 22% acima do Ponto Médio da Faixa Salarial.

Pesquisa Salarial

É a coleta, tabulação e análise de salários praticados pelo mercado.

Salário Fixo

Soma das parcelas fixas de natureza salarial pagas mensalmente, tais como: salário, ajuda para aluguel, etc.

Comissão

Valores recebidos mensalmente, pela atividade de venda de produtos.

Remuneração Variável

Valor recebido em função do cumprimento de determinadas metas ou resultados, conforme definido em programa específico.

Bônus

Gratificação periódica ou esporádica, em função do desempenho ou contribuições únicas do funcionário para resultados.

Prêmio

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Prêmio em mercadorias concedido pela obtenção de resultados específicos. Às vezes, o prêmio também denomina valores pagos em dinheiro, como no caso de campanhas de vendas.

Remuneração Base

É o salário fixo mensal.

Remuneração Total em Dinheiro

Soma da Remuneração Base mais a Remuneração Variável. A Remuneração Total em Dinheiro mensal é obtida somando-se a Remuneração Base mensal + 1/13 (um treze avos) do total da Remuneração Variável recebida no último ano.

Enquadramento Salarial

Elevação do salário do funcionário até um determinado nível da Faixa Salarial do seu cargo, observando uma avaliação do seu desempenho e desenvolvimento profissional.

Política de Remuneração

Conjunto de normas e critérios definidos pela empresa, para orientar sua administração salarial.

Promoção Horizontal (Aumento por Mérito)

Aumento de salário no mesmo cargo, como reconhecimento pelo desempenho ou desenvolvimento profissional do funcionário. Com uma promoção horizontal, o salário do funcionário avança na Faixa Salarial.

Promoção Vertical

Ocorre uma promoção vertical quando um funcionário passa a ocupar um cargo maior, dentro da estrutura de cargos da empresa, e seu salário passa a ser administrado dentro da faixa salarial do novo cargo.

Carreira Funcional

Seqüência de cargos possíveis de serem ocupados por um profissional, numa escala ascendente pelos diversos níveis da estrutura organizacional, dentro de uma área funcional (Auxiliar, Assistente, Analista, Supervisor, Gerente, em áreas funcionais como Administração, Produção, Vendas, Marketing).

Carreira Específica

Conjunto de cargos de uma mesma atividade, em função das crescentes exigências de conhecimentos e amadurecimento profissional (Auxiliar I, II e

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

III, Analista Júnior, Pleno e Sênior, dentro de uma área funcional).

b) política de benefícios

Nossos empregados são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo, convenção/acordo coletivo ou por nossa liberalidade. Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) vale-refeição; (iv) vale-transporte; (v) estacionamento; (vi) cesta básica; (vii) desconto em produtos na loja; (viii) auxílio educação.

Determinados benefícios elencados acima são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico dos empregados, sendo que nem todos os nossos empregados fazem jus a todos os benefícios.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:**(i) grupo de beneficiários**

Não aplicável

(ii) condições para exercício

Não aplicável

(iii) preço de exercício

Não aplicável

(iv) prazo de exercício

Não aplicável

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos dos trabalhadores é muito saudável.

Não somos filiados a nenhum sindicato patronal. No entanto somos associados à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.- ABIT.

No Estado da Bahia celebramos acordos coletivos.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
ADVANCE LEBLON						
11.514.588/0001-18	IRLANDESA	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	128.700	0,510000%	128.700	0,330000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
ATAULFO LCC						
10.475.654/0001-25	AMERICANA	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	315.200	1,240000%	315.200	0,820000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LEBLON PREVIDENCIA M						
11.098.129/0001-09	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	36.800	0,140000%	36.800	0,100000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LEBLON EQUITIES PARTNERS FIA						
10.309.567/0001-06	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	414.000	1,630000%	414.000	1,070000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LEBLON EQUITIES HEDGE M FIA						
10.346.050/0001-89	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	97.900	0,380000%	97.900	0,250000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
POSTO 12						
10.428.442/0001-97	AMERICANA	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	53.800	0,210000%	53.800	0,140000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
IGUANA FUNDO DE INVESTIMENTOS DE AÇÕES						
10.924.308/0001-87	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	05/11/2013		
	0	0,000000%	1.229.100	4,830000%	1.229.100	3,190000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
ROMA CONSULTORIA ASSESSORIA E ADMINISTRACAO						
03.532.668/0001-78		Não	Não	24/12/2004		
	250.264	1,899939%	283.767	1,110000%	534.031	1,390000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
MOINHO PACIFICO						
60.854.189/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	5.701.851	22,390000%	5.701.851	14,760000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
NEBLON INSTITUCIONAL MASTER FI EM ACÕES						
13.156.003/0001-60	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	113.600	0,450000%	113.600	0,290000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
RIVALE REPRESENTAÇÕES						
56.126.105/0001-46	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	2.365.977	9,290000%	2.365.977	6,140000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LEBLON AÇÕES MASTER FIA						
10.346.018/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	139.800	0,550000%	139.800	0,360000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Eduardo Estefano Filho						
067.527.138-04		Não	Sim			
	2.334.684	17,840000%	3.516.837	13,810000%	5.851.521	15,180000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Juliana Vizintas Estefano						
264.863.998-56		Não	Não			
	553.212	4,230000%	38.016	0,150000%	591.228	1,530000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
ROBERTO ESTEFANO						
067.524.468-49	BRASILEIRO	Não	Sim			
	4.662.648	35,630000%	4.499.679	17,670000%	9.162.327	23,770000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA						
50.918.622/0001-71	BRASILEIRA-BA	Não	Sim	31/12/2010		
2.337.432	17,860000%	0	0,000000%	2.337.432	6,060000%	
PADUCA ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA-EPP						
04.597.242/0001-65		Não	Não	03/11/2005		
416.403	3,180000%	264.995	1,040000%	681.398	1,770000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
RENATO VIZINTAS ESTEFANO						
224.254.218-40		Não	Não			
553.212	4,230000%	13.116	0,050000%	566.328	1,470000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
MARIA APARECIDA CALDERAN ESTEFANO						
260.658.408-23	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
0	0,000000%	415.148	1,630000%	415.148	1,080000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
LAWRENCE PIH						
005.680.408-30	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
0	0,000000%	150.632	0,590000%	150.632	0,390000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
MARA ELIANA CARLETTI ESTEFANO						
405.312.798-04	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
	0	0,000000%	736.568	2,890000%	736.568	1,910000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
SERGIO VIZINTAS STEFANO						
184.658.288-14		Não	Não			
	553.212	4,230000%	0	0,000000%	553.212	1,430000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
SUELI VIZINTAS ESTEFANO						
536.017.428-53		Não	Não			
	1.426.192	10,900000%	47.600	0,190000%	1.473.792	3,820000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
	0	0,000000%	4.901.648	19,249030%	4.901.648	12,749400%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	8	0,000061%	248	0,000970%	256	0,000600%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL						
	13.087.267	100,000000%	25.464.982	100,000000%	38.552.249	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	13.087.267	100,000000%	25.464.982	100,000000%	38.552.249	100,000000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	4.014.040	16,357531%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA				50.918.622/0001-71	
Eduardo Estefano Filho					
067.527.138-04	Brasileira-SP	Não	Sim		
1.381.332	100,000000	0	0,000000	1.381.332	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL	1.381.332	100,000000	0	0,000000	1.381.332 100,000000

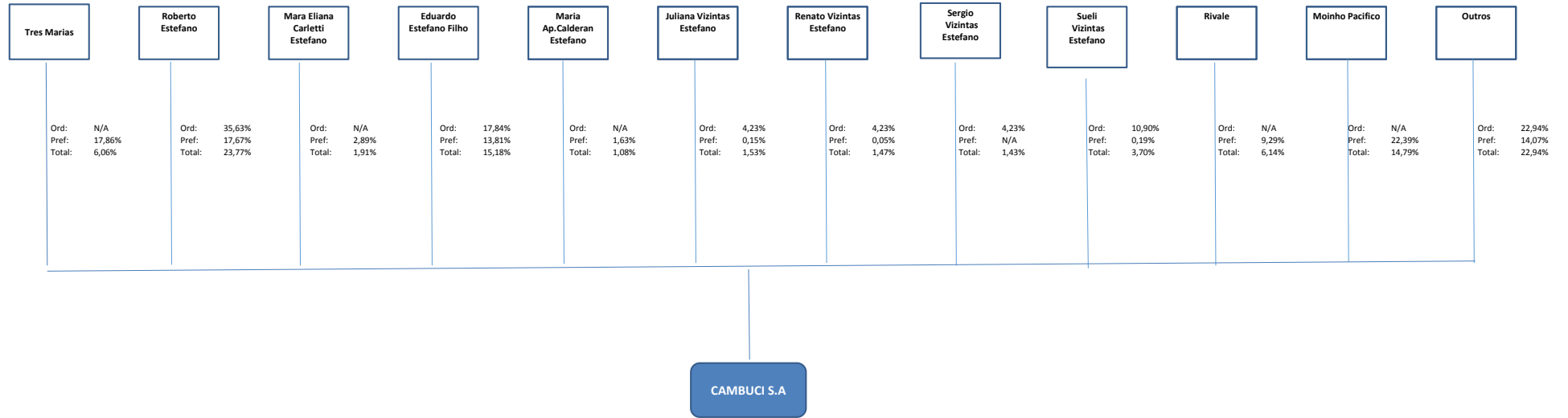
15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	353
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	20
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	16

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	13.087.267	34,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	25.464.982	66,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	38.552.249	100,000000%



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordos de acionista atualmente vigentes dos quais nossos Acionistas Controladores sejam parte ou que estejam agrupados na sede social da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle, bem como dos administradores do emissor.

15.7 - Outras informações relevantes

Para o preenchimento do item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência esclarecemos que foram considerados como Acionistas Controladores os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho, Roberto Estefano e Três Marias Incorp. e Construções Ltda., em razão de ser o controle exercido diretamente por estes acionistas que detêm, em conjunto, 45,01% das ações de nossa emissão.

Os acionistas da Companhia Eduardo Estefano Filho, Roberto Estefano e Três Marias Incorp. e Construções Ltda. não são signatários de acordo formal de acionistas, não obstante, formam o bloco de controle em decorrência do exercício do controle de fato.

Desde o seu ingresso na Companhia, estes acionistas são titulares de direitos que lhe asseguram a maioria dos votos nas deliberações sociais da Companhia.

Para informações adicionais acerca do controle da Companhia, ver quadros 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas não constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

É prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários. As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes Relacionadas” são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo. Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Nossos sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no nosso Estatuto Social, artigo 28, o nosso Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 10% do nosso capital social vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Penalty Chile S/A	09/10/2012	606.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 606.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Penalty Chile S/A	31/12/2012	395.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2012 era de 1.135.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Chile S/A	31/12/2012	9.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Penalty Chile S/A no exercício encerrado em 31/12/2012.							
Cambuci Importadora Ltda.	01/01/2007	1.500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de R\$ 567.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Mútuo							
Garantia e seguros							
Não existem garantias e seguros relacionados.							
Rescisão ou extinção							
Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.							
Natureza e razão para a operação							
Ativos por conta corrente.							
Cambuci Importadora Ltda.	01/01/2007	1.500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de R\$ 353.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Mútuo							
Garantia e seguros							
Não existem garantias e seguros relacionados.							
Rescisão ou extinção							
Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.							
Natureza e razão para a operação							
Ativos por conta corrente.							
Cambuci Importadora Ltda.	01/01/2007	1.500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de R\$ 301.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Mútuo							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Penalty Ibéria S.L	31/12/2010	2.514.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2010 era de 161.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e Venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente as vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Ibéria S.L no exercício social findo em 31/12/2010.						
Penalty Ibéria S.L	31/12/2011	1.314.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 1.475.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia a Penalty Ibéria S.L no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Iberia S.L	31/12/2012	1.010.000,00	Saldo no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 908.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados da Companhia à Penalty Ibéria S.L no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Iberia S.L	31/12/2012	323.000,00	O saldo existente no contas a pagar fornecedores em 31/12/2012 era de 84.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados da Companhia pela Penalty Ibéria S.L no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Ibéria S.L	04/12/2012	919.400,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de R\$ 919.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Era Sports Ltda.	01/01/2008	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2010 era de 56.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Era Sports Ltda.	01/01/2008	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de 56.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Era Sports Ltda.	01/01/2008	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 61.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Impar Paraguay S/A.	02/03/2009	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/10/2010 era de 92.000,00.	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Impar Paraguay S/A.	02/03/2009	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de 204.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S/A.	02/03/2009	500.000,00	O saldo existentes a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 216.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2010	0,00	O saldo no contas a receber clientes m 31/12/2010 era de 4.320.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Paraguay S/A no exercício findo em 31/12/2010.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2010	0,00	O saldo existentes no contas a pagar fornecedores em 31/12/2010 era de 390.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente compras de produtos acabados e matéria prima da Companhia à Impar Paraguay no exercício findo em 31/12/2010.						
Impar Paraguay S/A	31/12/2011	1.248.000,00	O saldo no contas a a receber clientes em 31/12/2011 era de 5.568.00,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabadas da Companhia à Impar Paraguay S/A. no exercício findo em 31/12/2011.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2011	0,00	O saldo existente no conta a pagar fornecedores em 31/12/2011 era de 390.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados e matéria prima da Companhia à Impar Paraguay S/A. no exercício findo em 31/12/2011.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S/A	31/12/2012	1.684.000,00	O saldo existente no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 1.561.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Paraguay no exercício findo em 31/12/2012.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2011	13.227.000,00	O saldo existente no contas a pagar fornecedores em 31/12/2012 era de 4.112.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados e matéria prima pela Companhia à Impar Paraguay no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Argentina S/A.	01/01/2010	3.641.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2010 era de 3.641.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2010	11.091.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2010 era de 5.460.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2010.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2011	5.798.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 7.613.000,00.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina S/A no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2011	1.444.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina S/A. no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	3.388.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 8.465.000,00.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	996.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2012.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	01/01/2009	40.000.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2010 era de 6.284.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	01/01/2009	40.000.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de 15.140.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	01/01/2009	40.000.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 24.885.000,00	Não é possível aferir.	05 anos.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedencia de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2010	6.764.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2010 era de 3.520.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2010.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2011	3.536.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 4.217.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2011.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	6.817.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 4.369.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2012.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	322.000,00	O saldo existente no contas a pagar fornecedor em 31/12/2012 era de 322.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Chile S/A.	31/12/2010	1.414.000,00	O saldo existente no contas a receber clientes em 31/12/2010 era de 720.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente as vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2010.						
Penalty Chile S/A.	31/12/2011	739.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 971.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente as vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Chile S/A.	31/12/2011	99.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia da Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2011.						
Impar Sports Indústria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2013	920.000,00	O saldo existente no contas a pagar em 31/12/2013 era de 637.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e Venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às compras de produtos acabados e matérias-primas a Companhia à Impar Sports Indústria e Comercio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2013						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Sports Industria e Comercio de Materiais Esportivos Ltda.	01/01/2009	40.000.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2013 era de 26.978.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Penalty Argentina S,A	31/12/2013	2.768.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2013 era de 6.339.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Argentina S/A no exercício findo em 31/12/2013.						
Penalty Chile S.A	31/12/2013	606.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2013 era de 606.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Penalty Chile S.A	31/12/2013	271.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2013 era de 1.600.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2013.						
Cambuci Importadora Ltda.	01/01/2007	1.500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2013 era de 723.000,00	Não é possível aferir	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente						
Penalty Ibéria S.L	31/12/2013	21.000,00	Não possuía saldo existente no contas a receber em 31/12/2013	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e Venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Ibéria SL no exercício findo em 31/12/2013.						
Era Sports Ltda	01/01/2008	63.000,00	Não ha saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2013	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados.						
Rescisão ou extinção	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
Natureza e razão para a operação	Ativos por conta corrente.						
Impar Paraguai S.A	31/12/2013	1.127.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2013 era de 1.565.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e Venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Impar Paraguai S/A no exercício findo em 31/12/2013.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S.A	31/12/2013	12.641.000,00	O saldo existente no contas a pagar em 31/12/2013 era de 5.493.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados e matéria- prima pela Impar Paraguay S/A no exercício encerrado em 31/12/2013.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2013	8.666.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2013 era de 2.058.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Impar Sports Industria e Comercio de materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2013.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses**

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados devendo transferir à Companhia as vantagens que tiver auferido. Até a data base deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial.

Entendemos que nossas transações com partes relacionadas são realizadas em caráter estritamente comutativo com pagamento compensatório adequado.

Nossa administração utiliza-se de critérios razoáveis para estabelecer as condições de nossas operações com partes relacionadas e os pagamentos compensatórios justos, sempre consultando todos os membros de nossa administração e atuais acionistas a respeito.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
28/11/2013	35.635.955,43		13.087.267	25.464.982	38.552.249
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	25.464.982				
Tipo de capital	Capital Autorizado				
05/01/1985	32.340.000,00		12.420.600	24.539.400	36.960.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	24.539.400				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/11/2013	Ata da Reunião do Conselho de Administração	28/11/2013	3.295.955,43	Subscrição pública	666.667	925.582	1.592.249	4,31000000	2,07	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	925.582
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

o preço de emissão das novas ações, de R\$ 2,07 por ação, foi fixado nos termos do Art. 170, § 1º, III, da Lei nº 6.404/76, com base na média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), dos últimos 19 pregões realizados no período de 03 de dezembro de 2012 a 04 de janeiro de 2013, inclusive, que se justifica em razão de ser mais vantajosa em relação ao valor patrimonial das ações da Companhia, e se mostra como o critério mais, adequado e justo para permitir a subscrição de ações por todos os acionistas (controladores e minoritários) sem que haja qualquer risco de diluição injustificada

Forma de integralização

) A integralização poderá ser feita mediante capitalização de crédito contra a Companhia, devendo os acionistas credores que desejarem subscrever e integralizar as ações a serem emitidas, mediante capitalização de crédito contra a Companhia, se dirigirem diretamente a companhia e os acionistas que subscreverem ações e não forem credores da Companhia ou não desejarem utilizar seu crédito deverão integralizar o preço total das ações à vista em moeda corrente nacional no ato da subscrição, mediante depósito em dinheiro, nos termos do § 2º do Art. 171 da Lei 6.404/76

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
31/12/2011	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações			
Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
PNA		24.539.400	PNA		24.539.400	
Desdobramento						
31/12/2012	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações			
Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
PNA		24.539.400	PNA		24.539.400	
Desdobramento						
07/01/2013	12.420.600	24.539.400	36.960.000	13.087.267	25.464.982	38.552.249
Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações			
Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Classe ação preferencial		Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
PNA		24.539.400	PNA		25.464.982	

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do nosso capital social nos últimos 3 exercícios sociais, nem social corrente.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais da Cambuci tem direito a serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 6.404/76, assegurado o dividendo ao menos igual ao das ações ordinárias.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Cambuci, as ações ordinárias da Cambuci são conversíveis em ações preferenciais. A conversão de ação ordinária em preferencial poderá ser feita por solicitação do respectivo titular, desde que com a concordância da maioria dos demais acionistas ordinários em Assembléia Geral, e respeitado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um de nossos acionistas dissidentes de determinadas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se do nosso quadro de acionistas, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no Patrimônio Líquido Contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral, segundo os critérios de avaliação do Ativo e do Passivo fixado na Lei das Sociedades Anônimas. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembléias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembléias gerais; e (vi) direito a retirar-se da companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. O estatuto social da Cambuci não estabelece condições específicas para alteração dos direitos assegurados por tal.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	Igual aos acionista com ações ordinarias, ou seja 25% dos dividendos minimos obrigatorio.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.

18.1 - Direitos das ações

**Outras características
relevantes**

Não há.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto dos acionistas. Nosso Estatuto Social prevê que o não pagamento de dividendos por 3 (três) exercícios sociais consecutivos confere o direito de voto às ações preferenciais, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos.

Não existem regras estatutárias que obriguem os acionistas a realizar a oferta pública, no entanto, nosso Estatuto Social prevê que as ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, gozarão do direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	334.558	1,90	2,30	R\$ por Unidade
30/06/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.230.814	3,08	1,96	R\$ por Unidade
30/09/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	614.142	1,88	1,50	R\$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	661.789	1,90	1,00	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	953.860	2,90	2,38	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	282.074	2,64	1,71	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	202.751	1,80	1,55	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	597.684	2,28	1,70	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.087.258	3,81	2,99	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.374.242	3,05	2,37	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	839.066	3,19	2,43	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	781.246	3,30	2,50	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples não conversíveis em ações
Data de emissão	01/08/1998
Data de vencimento	01/08/2001
Quantidade (Unidades)	3.000
Valor total (Reais)	3.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	<p>Trata-se da emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com garantia flutuante, emitidas em série única ("Emissão"). O Agente Fiduciário das Debêntures Simples é a Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda.</p> <p>As debêntures simples tem prazo de vencimento de 3 anos, contados da data de sua emissão.</p> <p>O pagamento dos juros das debêntures ocorrerá anualmente, sendo que a cada período de capitalização, em data coincidente com o aniversário das debêntures, será paga toda a remuneração relativa ao período de capitalização anterior, calculada sobre o Valor Nominal Unitário - VNU, isto é, será paga toda a variação da taxa ANBID +2 a.a. (dois por cento ao ano). Na falta de divulgação pela ANBID da taxa citada, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos mais negociados, para lotes de valor equivalente a 1.000 (um mil) debêntures, obtidas pelo Agente Fiduciário junto às seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A e Banco HSBC Bamerindus S.A.</p> <p>Para fins de cálculo dos juros remuneratórios decorrentes da Emissão, a base de remuneração será a variação acumulada da taxa ANBID capitalizada de spread de 2% a.a. (dois por cento ao ano), aplicada ao valor nominal unitário. Entende-se como taxa ANBID + 2% a.a., a taxa acumulada de juros calculada com base nas taxas de juros dos CDB's pré-fixados mais negociados, divulgada pela ANBID, acrescida (capitalizada) de um spread fixo de 2% a.a.</p> <p>A Emissora reserva-se o direito de a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal, não amortizado, acrescido da base de remuneração e juros remuneratórios devidos na data de resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência de 15 (quinze) dias da data do resgate.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições das debêntures e da Emissão dependerão de aprovação de debenturistas que representem, que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	<p>A escritura de debêntures previu a emissão de até 15.000 (quinze mil) debêntures, mas, em realidade, foram emitidas apenas 3.000 (três mil) debêntures, sendo o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS o único debenturista.</p> <p>Em 04 de setembro de 2000, foi firmado o Adiantamento ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples da Companhia que alterou: (i) o pagamento de juros para a data de 01 de agosto de 2000; (ii) a recompra de 200 (duzentas) debêntures por mês a partir de 01 de fevereiro de 2000, até a data de 01 de julho de 2001, ou prorrogando-se até o dia útil seguinte, totalizando 1.200 (mil e duzentas) debêntures, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira - CETIP e Instituição financeira a ser indicada. A seguir, as 1.200 debêntures serão canceladas pela Emissora; (iii) o resgate do saldo de 1.800 (mil e oitocentas) debêntures se dará em 01 de agosto de 2001, data de seu vencimento. Ficam mantidas as demais condições das debêntures.</p>

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas à negociação no mercado tradicional da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos CAMB3 e CAMB4.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não realizou oferta pública de distribuição de seus valores mobiliários.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Após o vencimento das debêntures mencionadas no item 18.5, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidos pelo INPC e acrescido de juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

A Companhia vem cumprindo mensalmente a referida obrigação de pagamento, sendo, nesta data, devida 17 (dezesete) parcelas no valor de R\$ 379.956,92 (trezentos e setenta e nove mil , novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos) cada.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nesta data, nem houve, nos últimos 3 exercícios sociais, qualquer plano de recompra de ações de nossa emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há nesta data, nem houve nos últimos 3 exercícios sociais, qualquer valor mobiliário mantido em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data de encerramento do ultimo exercicio social, mantinhamos em tesouraria o total de 8 (oito) ações ordinárias e 248 (duzentos e quarenta e oito) ações preferenciais. Para maiores informações sobre tais valores mobiliários mantidos em tesouraria, veja o item 19.4 deste Formulário de Referência.

19.4 - Outras informações relevantes

Em 27 de agosto de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Ordinária o grupamento de ações da Companhia, atribuindo-se 01 (uma) nova ação em substituição a cada grupo de 20 (vinte) ações de cada espécie existente.

Há época, os acionistas tiveram o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do aviso aos acionistas a respeito do grupamento, para, a seu livre crédito, por meio da compra ou venda de ações, ajustarem suas posições acionárias em lotes múltiplos de 20 (vinte), por espécie, mediante negociação privada ou em bolsa de valores, de modo que suas ações não gerem frações após o grupamento.

Depois de transcorrido o prazo para ajuste das posições, as ações passaram a ser negociadas grupadas e cotadas unitariamente e as frações de ações resultantes do grupamento foram separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na BOVESPA, sendo os valores resultantes da alienação disponibilizados proporcionalmente aos detentores dessas frações.

Após a realização do leilão, restaram sobras das frações de ações, sendo 2 (duas) ações ordinárias e 62 (sessenta e duas) ações preferências, que foram transferidas pela BOVESPA ao Banco Itaú S.A. para manutenção em tesouraria. Essas ações permanecem em tesouraria.

Em 20 de abril de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o desdobramento de ações preferenciais e ordinárias da Companhia, à razão de 1 (uma) ação para 4 (quatro) ações.

A exemplo do grupamento anteriormente mencionado, depois de transcorrido o prazo para ajuste das posições, as ações passaram a ser negociadas grupadas e cotadas unitariamente e as frações de ações resultantes do grupamento foram separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na BOVESPA, sendo os valores resultantes da alienação disponibilizados proporcionalmente aos detentores dessas frações.

Após a realização de venda das ações BOVESPA, restaram sobras das frações de ações, sendo 6 (seis) ações ordinárias e 186 (cento e oitenta e seis) ações preferências, que foram transferidas pela BOVESPA ao Banco Itaú S.A. para manutenção em tesouraria. Essas ações permanecem em tesouraria.

Desta forma, em 31 de março de 2013, a Companhia mantém em tesouraria o total de 8 (oito) ações ordinárias e 248 (duzentas e quarenta e oito) ações preferenciais.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação**30/04/2012****Cargo e/ou função**

A Política de Negociação se destina aos acionistas controladores, diretos e indiretos, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente ("Pessoas Vinculadas"). As obrigações previstas na Política de Negociação são igualmente aplicáveis às pessoas listadas anteriormente e integrantes de sociedades controladas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente às Políticas de Negociação e estejam obrigados a observância das regras nela descritas.

Principais características

As normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se dêem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

A Política de negociação tem como objetivo esclarecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

As regras da Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições da Política de Negociação, da regulamentação aplicável editada pela CVM ou sobre a possibilidade de se realizar ou não determinada negociação deverão ser esclarecidas juntamente ao administrador da Política que é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Às Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia: (a) no período de 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia. No contexto de uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela nossa Política de Divulgação aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012 cujo teor encontra-se descrito no item 21.2 deste Formulário de Referência, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM nº 358/02, nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”) consiste no estabelecimento de elevados padrões de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e na manutenção do sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Nossa Política de Divulgação foi aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012.

Nossa Política se destina a: (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante; e, ainda; (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia (“Pessoas Vinculadas”).

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Ato ou Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, visando especialmente assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

Desta forma, impedindo o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Os eventos relacionados com o Ato ou Fato Relevante devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá dar-se por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação habitualmente por utilizados pela Companhia, podendo a Companhia optar por realizá-lo de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários a sua compreensão, desde que indique nos anúncios o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e à SEC. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de emissão da Companhia, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá, observar, ainda, o que segue: (i) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de sua emissão, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação.

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, que é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma da Instrução CVM nº 358/02), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

As Pessoas Vinculadas terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise.

Em casos excepcionais, que constituam Informação Privilegiada, o Ato ou Fato Relevante poderão deixar de ser divulgados se os Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente os Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores informar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo do Ato ou Fato Relevante, cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Caso a CVM decida pela divulgação do Ato ou Fato relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique o Ato ou Fato Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358/02.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.